
Tabela de Honorários Advocatícios

2024

DIRETORIA OAB/AC

Presidente	Rodrigo Aiache Cordeiro
Vice-Presidente	Socorro Rodrigues
Secretário-Geral	Thalles Vinícius de Souza Sales
Secretária-Geral Adjunta	Ana Caroliny Silva Afonso Cabral
Diretor-Tesoureiro	Carlos Vinicius Lopes Lamas

CONSELHO SECCIONAL

Adilson Olímpio Costa	Ana Valéria da Silva Oliveira Categário
Ana Carolina Paiva de Brito	Antônio Araújo da Silva
Antônio de Carvalho Medeiros Junior	Antônio Weverton Quintela de Souza
Bárbara Maués Freire	Caruline Simão da Silva
Carlos Roberto Lima de Medeiros	Charles dos Santos Brasil
Delcimone Meireles de Souza	Edneia Sales de Brito
Fabiola Asfury Rodrigues	Eneide Sena Macambira Bastos
Faíma Jinkins Gomes	Fagne Calixto Mourão
Gleice Lopes de Andrade	Felipe dos Santos Lopes
Ismael Tavares da Costa	Gabriel Leitão Santos Almeida
Jose Stenio Soares Lima Junior	Gabriel Maia Gelpke
Katiuscia dos Santos Guimarães	Irene Carvalho Lima Ribeiro
Kelley Janine Ferreira de Oliveira	Josandro Barboza Cavalcante
Kryсна Marcela Ramirez Ferreira	Kamyla Farias de Moraes
Leonardo das Neves Carvalho	Marcelo Albuquerque da Cruz
Marco Antônio Palacio Dantas	Marcia Xavier Souza
Paula Yara Braga Decarli	Marco Aurelio Guilherme Flores
Renato Augusto Fernandes Cabral Ferreira	Marcus Vinícius Nunes da Silva
Ricardo Alexandre Fernandes Filho	Matheus Costa Sarkis
Rodrigo Fernandes das Neves	Paulo Gernandes Coêlho Moura
Tania Maria Fernandes de Carvalho	Raphaella Messias Queiroz Rodrigues
Thiago Pereira Figueiredo	Renata Corbucci Correa de Souza
Vanessa Pinho Paes Cavalcante	Roberval Nascimento de Melo
	Stela Maris Vieira Mendes
	Styllon de Araújo Cardoso
	Sylmara Matos e Silva
	Tibiricá Thompson Ferreira Bernardes Neto
	Roraima Moreira da Rocha Neto

CONSELHEIROS FEDERAIS

Titulares

Alessandro Callil de Castro

Harlem Moreira de Sousa

Helcinkia Albuquerque dos Santos

Suplentes

Celia da Cruz Barros Cabral Ferreira

Igor Clem Souza Soares

Raquel Eline da Silva Albuquerque

DIRETORIA CAAAC

Presidente Laura Cristina Lopes de Sousa

Vice-Presidente Tobias Levi de Lima Meireles

Diretor-Tesoureiro Rauê Sarkis Bezerra

Secretária-Geral Ruth Souza Araújo Barros

Secretário-Geral Adjunto Raiff Pimentel Soares

Membros

Aline Ramalho de Sousa Cordeiro

Larissa Leal do Vale

Thalles Ferrari dos Santos

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DEFESA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Presidente Paula Yara Braga de Carli

Vice-Presidente Willian Pollis Mantovani

Secretária Ana Valéria da Silva Oliveira Calegário

Membros

Gabriel Leitão Santos de Almeida

Marissa Raquel de Oliveira Costa

Manyra Braz da Gama

Larissa Bezerra Chaves

SUMÁRIO

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. RESOLUÇÃO DO CONSELHO PLENO
2. DAS ATIVIDADES JURÍDICAS AVULSAS
3. MATÉRIA EM DIREITO DE TRÂNSITO
4. ADVOGADO NA MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM
5. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO ADMINISTRATIVO
6. ATIVIDADES EM JUIZADOS ESPECIAIS: ESTADUAL E FEDERAL
7. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO CIVIL
8. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO IMOBILIÁRIO E URBANÍSTICO
9. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO AGRÁRIO
10. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO AMBIENTAL
11. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DAS FAMÍLIAS
12. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
13. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DAS SUCESSÕES
14. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO EMPRESARIAL
15. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO TRIBUTÁRIO
16. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DIGITAL
17. MATÉRIA DE ADVOCACIA PARA ADEQUAÇÃO BÁSICA DE UM PROGRAMA DE COMPLIANCE (ÂMBITO PRIVADO)
18. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM GESTÃO JURÍDICA
19. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DO TRABALHO
20. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO
21. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DA SAÚDE
22. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO PENAL
23. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO MILITAR
24. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO ELEITORAL
25. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO BANCÁRIO
26. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DO CONSUMIDOR
27. ADVOCACIA PERANTE OS TRIBUNAIS



RESOLUÇÃO Nº 07/2024 CONSELHO PLENO DA OAB/AC

O Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Acre, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe são conferidas pela Lei nº 8.906/94 – Estatuto da Advocacia e da OAB – e pelo Regimento Interno da OAB/AC, visando à adequada remuneração dos serviços prestados pelos advogados, bem como a manutenção da dignidade da profissão, e ainda

CONSIDERANDO o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, capítulo VI, artigos 22 a 26 e no Código de Ética e Disciplina, nos artigos 48 a 54, referentemente aos honorários advocatícios;

CONSIDERANDO que os honorários profissionais devem ser fixados com moderação, observando: I - a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas; II - o trabalho e o tempo a serem empregados; III - a possibilidade de ficar o advogado impedido de intervir em outros casos, ou de se desavir com outros clientes ou terceiros; IV - o valor da causa, a condição econômica do cliente e o proveito para este resultante do serviço profissional; V - o caráter da intervenção, conforme se trate de serviço a cliente eventual, frequente ou constante; VI - o lugar da prestação dos serviços; VII - a competência do profissional; VIII - a praxe do foro sobre trabalhos análogos;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a anexa TABELA DE HONORÁRIOS DA OAB/AC, que estipula os valores mínimos de honorários a serem praticados pela Classe, para efeito de aplicação do art. 22, da Lei nº 8.906/94.

Art. 2º. Nos termos do artigo 58, V, da Lei 8.906/1994 – o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – compete privativamente ao Conselho Seccional fixar a tabela de honorários, a qual será válida em todo território estadual.

Parágrafo único. Em razão da jurisdição do Conselho Seccional sobre a área territorial dos Estados-membros ou do Distrito Federal correspondente (competência territorial), as subseções não poderão modificar e/ou acrescentar disposições diversas das previstas nesta tabela, bem como elaborar, divulgar, aplicar e/ou incentivar a utilização de tabela de honorários de outra seccional.



Art. 3º. Os valores estabelecidos na tabela em valores e em percentuais mínimos serão reajustados anualmente pelo índice Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou outro que venha a substituí-lo.

§1º. Cabe à Comissão de Fiscalização e Defesa de Honorários Advocatícios da OAB/AC, reavaliar os serviços, valores e média de mercado, bem como apurar o reajuste mencionado no caput, submetendo ao Conselho Pleno para deliberação.

Art. 3º. Fica extinta a Unidade Referencial de Honorários – URH.

Art. 4º. A presente Resolução entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 11/2017 do Conselho Pleno da OAB/AC.

Rio Branco, Acre, 08 de Agosto de 2024.

Rodrigo Aiache Cordeiro

Presidente do Conselho Seccional da OAB/AC

Paula Yara Braga de Carli

Presidente da Comissão de Fiscalização e Defesa de Honorários Advocatícios da OAB/AC



ANEXO I

DISPOSIÇÕES GERAIS DA TABELA DE HONORÁRIOS DA OAB/AC

Art. 1º. A presente tabela estipula os valores mínimos de honorários a serem praticados pela Classe, para efeito de aplicação do art. 22, da Lei nº 8.906/94.

Art. 2º. É aconselhável ao advogado contratar os seus serviços profissionais previamente e por escrito, observados os parâmetros contidos nesta tabela, e as disposições do Estatuto da Advocacia e do art. 48 do Código de Ética e Disciplina da OAB.

Art. 3º. O contrato de prestação de serviços de advocacia não exige forma especial, devendo estabelecer, porém, com clareza e precisão, o seu objeto, os honorários ajustados, a forma de pagamento, a extensão do patrocínio, esclarecendo se este abrangerá todos os atos do processo ou limitar-se-á a determinado grau de jurisdição, além de dispor sobre a hipótese de a causa encerrar-se mediante transação ou acordo, conforme art. 48, § 1º do Código de Ética e Disciplina da OAB.

Art. 4º. É lícito ao advogado contratar a prestação de serviços em valores superiores aos previstos nesta tabela, servindo esta apenas como referência de valor mínimo para cobrança de honorários.

Parágrafo único. Os valores mínimos indicados na presente tabela referem-se à representação de apenas um constituinte, exceto quando expressamente indicado nas ações plúrimas.

Art. 5º. Nos casos em que a tabela indicar a verba honorária em percentual e também em valor, dever-se-á entender o primeiro como parâmetro a ser observado, assegurando-se o mínimo estabelecido em moeda corrente.

Art. 6º. Salvo estipulação em contrário, um terço dos honorários é devido na contratação, outro terço até decisão de primeira instância e o restante no final, nos termos do art. 22, § 3º da Lei nº 8.906/94.

Art. 7º. Salvo ajuste em contrário, os honorários pactuados compreendem o patrocínio da causa até segundo grau. A interposição ou resposta de recurso para os tribunais superiores, constituem atos próprios que deverão ser contratados especificamente.

§1º. Salvo ajuste em contrário, os honorários contratados não compreendem os trabalhos de acompanhamento de diligências em locais diversos daqueles em que tramita a causa.

§2º. Nos honorários pactuados não se compreende a prestação de serviços em quaisquer procedimentos acessórios, preventivos ou incidentes, salvo se previamente contratado.

§3º. A realização de sustentação oral, distribuição de memoriais, despacho com autoridades, dentre outros procedimentos correlatos, são atos autônomos, que poderão ser realizados conforme oportunidade e conveniência, a ser decidido pelo advogado no âmbito da sua



liberdade intelectual, devendo, se for o caso, serem contratados especificamente.

Art. 8º. O desempenho da advocacia é atividade meio, não de resultados, sendo devidos os honorários contratados no caso de êxito ou não da demanda, ou do desfecho do assunto tratado.

Art. 9º. No contrato de honorários na modalidade de quota litis, os honorários terão incidência sobre o valor bruto da condenação definitiva, proveito econômico obtido ou eventual acordo, salvo ajuste em contrário.

§1º. Se, na seara trabalhista, a contratação se der na forma do caput, a base de cálculo dos honorários incidirá sobre o valor bruto da condenação definitiva ou eventual acordo, incluindo-se todo e qualquer valor que empregado tenha acesso em virtude da atuação do advogado, assim considerados os valores relativos aos depósitos fundiários, indenização compensatória sobre o saldo de FGTS, benefício do seguro desemprego, bem como, os valores retidos e destinados à previdência social e à fazenda pública federal, salvo ajuste em contrário.

§2º. A compensação de créditos realizada pelo advogado de importâncias devidas ao cliente, somente será admissível quando o contrato de prestação de serviços autorizar ou quando houver autorização especial do cliente para esse fim, por este firmada, conforme art. 48, §2º do Código de Ética e Disciplina da OAB.

Art. 10. Os honorários advocatícios sucumbenciais e assistenciais pertencem ao advogado vencedor na causa, sem prejuízo dos honorários contratados, descabendo com relação a estes e em qualquer hipótese, a imposição de compensações, reduções ou exclusões, observado o art. 50 do Código de Ética e Disciplina da OAB.

§1º. Em caso de condenação definitiva, se houver renúncia de crédito por parte do cliente, não serão observados os limites do art. 50 do Código de Ética e Disciplina da OAB, sendo assegurado ao advogado, se assim preferir, a autonomia dos seus honorários, conforme art. 14 das presentes disposições gerais.

§2º. Em caso de condenação definitiva, se em relação ao cliente, houver a redução de seu crédito, em virtude de condenação em custas processuais, honorários sucumbenciais e periciais, multas e indenização por litigância de má-fé, não serão observados os limites do art. 50 do Código de Ética e Disciplina da OAB, sendo assegurado ao advogado, se assim preferir, a autonomia dos seus honorários, conforme art. 14 das presentes disposições gerais.

Art. 11. Os honorários de sucumbência e os honorários contratuais pertencem aos advogados que houverem atuado na causa, que poderão executá-los, assistindo-lhes direito autônomo para promover a execução do capítulo da sentença que os estabelecer ou para postular, quando for o caso, a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor em seu favor, conforme art. 51 do Código de Ética e Disciplina da OAB.

Art. 12. Toda consulta deve ser cobrada, e sobrevindo a contratação da prestação de serviços, a critério das partes, o valor da consulta poderá ou não ser abatido dos honorários a serem contratados.



Art. 13. O advogado substabelecido com reserva de poderes deverá sempre ajustar sua remuneração com o substabelecete, conforme art. 51, §1º do Código de Ética e Disciplina da OAB.

Art. 14. A realização de acordo entre as partes litigantes, judicial ou por qualquer mecanismo adequado de solução extrajudicial, após o trânsito em julgado, não obriga o advogado a reduzir o valor dos honorários contratados, uma vez que os honorários contratuais são autônomos em relação ao interesse das partes, conforme art. 24, §4º da Lei nº 8.906/94 e art. 48, §5º do Código de Ética e Disciplina da OAB.

Parágrafo único. É vedado às partes realizarem acordo em relação aos honorários contratuais sem anuência expressa do advogado, conforme art. 24, §4º da Lei nº 8.906/94.

Art. 15. Havendo revogação do mandato antes do término do serviço, os honorários serão devidos em sua integralidade, desde que expressamente contratados.

Art. 16. Quando o objeto do serviço jurídico versar sobre prestações vencidas e vincendas, os honorários advocatícios poderão incidir sobre o valor de umas e outras, atendidos os requisitos da moderação e razoabilidade, nos termos do art. 50, §2º do Código de Ética e Disciplina da OAB.

Parágrafo único. Nas ações de natureza previdenciária, consideram-se parcelas vencidas aquelas devidas até o trânsito em julgado da decisão. Será utilizado o limite de até 12 (doze) meses para base de cálculo dos honorários advocatícios sobre as parcelas vincendas, assim consideradas aquelas ocorridas após o trânsito em julgado da decisão.

Art. 17. Havendo necessidade de promover arbitramento ou cobrança judicial de honorários, deve o advogado renunciar previamente ao mandato que recebera do cliente em débito, conforme art. 54 do Código de Ética e Disciplina da OAB.

Art. 18. O advogado deverá evitar a contratação de honorários de forma irrisória ou inferior ao mínimo estabelecido pela presente tabela, sob pena de incursão nas sanções do Código de Ética e Disciplina da OAB, conforme art. 48, §6º do Código de Ética e Disciplina da OAB.

Art. 19. O contrato de prestação de serviços poderá dispor sobre a forma de contratação de profissionais para serviços técnicos auxiliares, bem como sobre o pagamento de custas e emolumentos, os quais, na ausência de disposição em contrário, presumem-se devam ser atendidos pelo cliente. Caso o contrato preveja que o advogado antecipe tais despesas, será lícito reter o respectivo valor atualizado, no ato de prestação de contas, mediante comprovação documental, conforme art. 48, §3º do Código de Ética e Disciplina da OAB.

Art. 20. Aplica-se esta tabela à nomeação de defensor dativo, nos termos do §1º do art. 22, da Lei nº 8.906/94 e do art. 3º da Lei nº 3.165, de 02 de setembro de 2016.

Parágrafo único. Deverão ser aplicados à advocacia dativa os valores para atuação em audiência no domicílio do advogado.



Art. 21. Os serviços não contemplados nesta tabela deverão ser cobrados com equidade e moderação, observados os critérios do art. 49 do Código de Ética e Disciplina da OAB.

Art. 22. Na hipótese de descumprimento dos termos do contrato poderão as partes estabelecer multa penal para além dos honorários contratados.

Art. 23. O piso ético do advogado empregado privado é regido e regulamentado pela Lei Estadual nº 3.592, de 20 de dezembro de 2019 que estabeleceu o piso salarial dos advogados empregados privados no âmbito do Estado do Acre.

Rio Branco, Acre, 08 de Agosto de 2024.

Rodrigo Aiache Cordeiro

Presidente do Conselho Seccional da OAB/AC

Paula Yara Braga de Carli

Presidente da Comissão de Fiscalização e Defesa de Honorários Advocatícios da OAB/AC

1. DAS ATIVIDADES JURÍDICAS AVULSAS

2024

INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
1.1		
Consulta / Reunião:		Obs: fora do horário de expediente, acrescenta-se R\$150,00
a) No escritório, pessoalmente ou por qualquer meio eletrônico	-	R\$ 350,00
b) Em local externo (distinto do escritório)	-	R\$ 540,00
c) Com exames de documentos	-	R\$ 1.010,00
1.2.		
Hora técnica	-	R\$ 620,00
1.3		
Pareceres	-	R\$ 1.980,00
1.4		
Memoriais	-	R\$ 1.560,00
1.5		
Petição ou Requerimento avulso	-	R\$ 1.130,00
1.6		
Acompanhamento de cliente a órgão administrativo ou judiciário	-	R\$ 840,00
1.7.		
Acompanhamento de cliente em Serventias Extrajudiciais	-	R\$ 450,00
1.8		
Exame de autos de processo em órgãos administrativos ou judiciários	-	R\$ 1.045,00
1.9		
Diligência ou acompanhamento de cliente junto a Delegacia de Polícia. Obs: fora do horário comercial, acrescenta-se R\$240,00	-	R\$ 840,00
1.10		
Elaboração de notificação extrajudicial		R\$ 627,00
1.11.		
Cobrança amigável	10% sobre o proveito econômico do cliente	R\$ 760,00
1.12		
Assessoria em negociação de dívida (pessoa física ou jurídica) ou cobrança amigável	10% sobre o proveito econômico do cliente	R\$ 1.440,00
1.13.		
Intervenção para solução de conflito extrajudicial amigável	10% sobre o proveito econômico do cliente	R\$ 1.440,00
CORRESPONDÊNCIA		
1.14		
Fotocópia / digitalização de até 100 folhas	-	R\$ 150,00
1.15		
Fotocópia / digitalização de mais de 100 folhas	-	Acrescenta-se R\$ 0,20 por folha
1.16		
Protocolo (por ato)	-	R\$ 150,00
1.17		
Protocolo e distribuição de petição inicial com rol de documentos	-	R\$ 198,00
1.18		
Retirada e levantamento de alvará judicial	-	R\$ 360,00
1.19		
Solicitação ou retirada de documentos judicial ou extrajudicial	-	R\$ 198,00
1.20		
Despachar com juiz, diretor de secretaria, delegado, membro do ministério público, secretário e demais autoridades	-	R\$ 730,00
1.21		
Acompanhamento de perícia	-	R\$ 730,00
1.22		
Audiência conciliatória (presencial ou virtual)	-	R\$ 360,00
1.23		
Audiência de instrução e julgamento (presencial ou virtual)	-	R\$ 730,00
VIAGENS E DIÁRIAS NO ESTADO		
1.24		
Diária profissional - valor mínimo, independentemente das despesas de transporte, alimentação e estadia	-	R\$ 1.100,00
1.25		
Deslocamento do profissional por via terrestre	-	1/3 do preço do litro do combustível por km rodado
VIAGENS E DIÁRIAS FORA DO ESTADO		
1.26		
A diária profissional - independentemente das despesas de transporte, alimentação e estadia (mínimo)	-	R\$ 2.049,00
CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIAS		
1.27		
Na comarca, para citação, notificação, interpelação ou exames periciais	-	R\$ 730,00
1.28		
Na comarca, para depoimento pessoal ou inquirição de testemunhas	-	R\$ 1.110,00
1.29		
Fora da comarca: acrescenta-se o valor da diária		

2. MATÉRIA EM DIREITO DE TRÂNSITO

2024

INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
Fase Administrativa		
2.1		
Defesa prévia por cada auto de infração	-	R\$ 700,00
2.2		
Recurso à JARI por cada auto de infração	-	R\$ 980,00
2.3		
Recurso ao CETRAN por cada auto de infração	-	R\$ 980,00
2.4		
Defesa prévia, recurso à JARI e CETRAN por cada auto de infração (exceto processos de suspensão/cassação e infrações autossuspensivas)	-	R\$ 1.000,00
2.5		
Defesas e recursos do Artigo 253- A, caput, CTB	20,00%	R\$ 1.760,00
2.6		
Defesas e recursos do Artigo 253- A, §1º, CTB	20,00%	R\$ 1.760,00
2.7		
Defesas e recursos do Artigo 253- A, §2º, CTB Reincidência do caput	20,00%	R\$ 2.570,00
2.8		
Defesas e recursos do Artigo 253- A, §2º, CTB - Reincidência do §1º	20,00%	R\$ 2.570,00
2.9		
Defesa em processo de suspensão ou cassação do direito de dirigir p/ pontuação até última instância	-	R\$ 2.000,00
2.10		
Defesa em processo de suspensão ou cassação do direito de dirigir p/ infração específica - até última instância	-	R\$ 2.500,00
2.11		
Defesa em processo concomitante de suspensão ou cassação do direito de dirigir por infração específica (após alteração do CTB)	-	R\$ 2.800,00
2.12		
Recurso administrativo de dívida ativa	20,00%	R\$ 500,00
2.13		
Desbloqueio administrativo de CNH	-	R\$ 700,00

2.14	Liberção de veículo apreendido/remoção e depósito viagens e deslocamento, se necessário)	(acresce despesas de	-	R\$ 1.500,00
2.15	Defesas de Multa NIC (Não Identificação de Condutor)		30% sobre o resultado	R\$ 500,00
2.16	Defesa em Processo Administrativo Disciplinar (PAD) perante o DETRAN/AC		-	R\$ 3.000,00
2.17	Defesa em processo administrativo em face de permissionários ou credenciados perante o DETRAN/AC (pessoa física ou jurídica)		20,00%	R\$ 3.000,00
2.18	Sindicância		-	R\$ 2.570,00
2.19	Acompanhamento em audiências perante o DETRAN/AC (acresce R\$ 100,00 por hora excedente)		-	R\$ 450,00
2.20	Consultoria		-	R\$ 300,00
2.21	Consultoria c/ análise de documentos		-	R\$ 450,00
2.22	Restituição de veículo envolvido em crime de trânsito		30% sobre o resultado	R\$ 1.300,00
Fase Judicial				
2.23	Ação Anulatória de ato administrativo		20,00%	R\$ 4.000,00
2.24	Ação de obrigação de fazer em matéria de trânsito		20,00%	R\$ 4.000,00

3. ADVOGADO NA MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM 2024

INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
ATIVIDADES DE ACESSORIA JURÍDICA EM MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS EXTRAJUDICIAIS		
3.1	Atividades em assessoria Jurídica em métodos autocompositivos Extrajudiciais	5,00% R\$ 1.270,00
3.2	Consulta genérica acerca dos benefícios e características da utilização dos métodos autocompositivos de solução de conflitos	- R\$ 300,00
3.3	Consulta para identificação do método autocompositivo adequado à solução do conflito, observando o caso concreto com análise detalhada de documentos – para uma parte	3,00% R\$ 1.270,00
3.4	Consulta para identificação do método autocompositivo adequado à solução do conflito, observando o caso concreto com análise detalhada de documentos – para ambas as partes conjuntamente	5,00% R\$ 2.540,00
3.5	Hora técnica e intelectual para análise dos elementos do conflito e assessoria jurídico-estratégica - para uma parte	- R\$ 370,00
3.6	Hora técnica e intelectual para análise dos elementos do conflito e assessoria jurídico-estratégica - para ambas as partes conjuntamente	- R\$ 760,00
3.7	Acompanhamento em sessão ou reunião de Práticas Colaborativas, Mediação, Conciliação, Negociação ou qualquer método autocompositivo (por ato)	5,00% R\$ 2.100,00
3.8	Elaboração e/ou revisão de Termo de Acordo total ou parcial resultante do encerramento de Práticas Colaborativas, Mediação, Conciliação, Negociação ou qualquer método autocompositivo	5,00% R\$ 2.540,00
3.9	Elaboração de notificação extrajudicial para cumprimento do acordo	- R\$ 330,00
3.10	Requerimento de homologação de acordo realizado em esfera extrajudicial perante o Poder Judiciário	3,00% R\$ 1.980,00
3.11	Tentativas de negociações extrajudiciais e preliminares com a parte contrária, via WhatsApp, e-mail ou telefone	- R\$ 980,00
3.12	Intervenção para solução de qualquer assunto eventual no terreno amigável relacionado ao acordo entabulado, mesmo quando for de valor estimável	- R\$ 1.270,00
3.13	Intermediar (porta-voz) conversas sobre questões relacionadas com o conflito, no caso de uma das partes não poder, por determinação judicial, ter contato com a outra parte - (por ex. violência doméstica, incapacidade em razão de doença)	- R\$ 1.270,00
3.14	Retificação de acordo extrajudicial	- R\$ 1.270,00
ATIVIDADES EM ACESSORIA JURÍDICA EM MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS JUDICIAIS		
3.15	Consulta genérica acerca dos benefícios e características da utilização dos métodos autocompositivos de solução de conflitos	3,00% R\$ 660,00
3.16	Consulta para identificação do método autocompositivo adequado à solução do conflito, observando o caso concreto com análise detalhada de documentos – para uma parte	5,00% R\$ 1.980,00
3.17	Consulta para identificação do método autocompositivo adequado à solução do conflito, observando o caso concreto com análise detalhada de documentos – para ambas as partes conjuntamente	5,00% R\$ 3.960,00
3.18	Hora técnica e intelectual para análise dos elementos do conflito e assessoria jurídico-estratégica - para uma parte	- R\$ 730,00
3.19	Hora técnica e intelectual para análise dos elementos do conflito e assessoria jurídico-estratégica - para ambas as partes conjuntamente	- R\$ 1.460,00
3.20	Acompanhamento em sessão ou reunião de Práticas Colaborativas, Mediação, Conciliação, Negociação ou qualquer método autocompositivo (por ato)	5,00% R\$ 1.630,00
3.21	Elaboração e/ou revisão de Termo de Acordo total ou parcial resultante do encerramento de Práticas Colaborativas, Mediação, Conciliação, Negociação ou qualquer método autocompositivo	5,00% R\$ 3.260,00
3.22	Requerimento de homologação de acordo realizado em esfera judicial perante o Poder Judiciário	5,00% R\$ 1.980,00
3.23	Elaboração de notificação extrajudicial para cumprimento do acordo homologado pelo juiz	3,00% R\$ 730,00
3.24	Comparecimento em audiências de conciliação. O ato exclusivo de acompanhamento como advogado(a) ou representante de qualquer das partes	5,00% R\$ 1.460,00
3.25	Intermediar (porta-voz) conversas sobre questões relacionadas ao litígio, no caso de uma das partes não poder, por determinação judicial, ter contato com a outra parte - violência doméstica, incapacidade em razão de doença, por ex)	5,00% R\$ 1.460,00
ARBITRAGEM		
Procedimento Arbitral		
3.26	Representação do cliente no procedimento arbitral	10,00% R\$ 2.094,86
Fase Judicial		
3.27	Ajuizamento de ação anulatória de sentença arbitral	20,00% R\$ 3.142,29
3.28	Ajuizamento de execução judicial para o cumprimento da sentença arbitral	20,00% R\$ 2.094,86
3.29	Defesa do executado, em juízo, no cumprimento da sentença arbitral	20,00% R\$ 3.142,29

4. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO ADMINISTRATIVO		2024	
INDICATIVO		PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
4.1	Defesa administrativa / Recurso perante órgãos extrajudiciais	10,00%	R\$ 3.500,00
4.2	Diligência em órgão público (acrescenta-se R\$100,00 por hora excedente a 2ª)	-	R\$ 490,00
4.3	Elaboração de resposta a ofício e notificação extrajudicial (simples)	-	R\$ 420,00
4.4	Elaboração de resposta a ofício e notificação extrajudicial (complexo)	-	R\$ 1.400,00
4.5	Propositura de representação em processo administrativo	20,00%	R\$ 2.240,00
4.6	Propositura de pedido de reconsideração em processo administrativo	15,00%	R\$ 3.500,00
4.7	Elaboração de quesitos em processo administrativo/judicial	5,00%	R\$ 840,00
4.8	Impugnação à perícia em processo administrativo/judicial	15,00%	R\$ 2.800,00
4.9	Procedimento especial - mandado de injunção	20,00%	R\$ 7.000,00
4.10	Defesa / Recurso em ações de improbidade, ação civil pública e ações populares	15,00%	R\$ 5.180,00
SERVIDORES PÚBLICOS			
4.11	Impugnação / Pedido de esclarecimento / Recurso contra edital de concurso público	-	R\$ 2.380,00
4.12	Acompanhamento em Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	10,00%	R\$ 3.500,00
4.13	Acompanhamento em sindicância	5,00%	R\$ 2.520,00
4.14	Acompanhamento em interrogatório/depoimento em sindicância ou PAD	3,50%	R\$ 1.400,00
4.15	Medidas cautelares administrativas	-	R\$ 3.000,00
4.16	Advocacia Trabalhista para Servidores Públicos	25,00%	R\$ 1.310,00
4.17	Cálculos de liquidação ou atualização de verbas/direitos reivindicados	0,50%	R\$ 700,00
CONSELHOS PROFISSIONAIS E AGÊNCIAS REGULADORAS			
4.18	Atuação perante conselhos profissionais	15,00%	R\$ 5.600,00
4.19	Defesa administrativa / Recurso administrativo em agências reguladoras	20,00%	R\$ 1.680,00
4.20	Defesa administrativa / Recurso administrativo em órgãos de defesa do consumidor	15,00%	R\$ 1.310,00
LICITAÇÃO E CONTRATOS PÚBLICOS			
4.21	Acompanhamento de sessões e prazos em processo licitatório eletrônico	3,00%	R\$ 420,00
4.22	Acompanhamento de sessões e prazos em processo licitatório presencial	3,50%	R\$ 490,00
4.23	Acompanhamento em reuniões que envolvam processos licitatórios, junto a órgãos públicos	1,00%	R\$ 350,00
4.24	Petição intermediária em processo licitatório	1,00%	R\$ 560,00
4.25	Organização de documentos de credenciamento, proposta e habilitação para a licitação	2,50%	R\$ 1.400,00
4.26	Análise ou Parecer de edital de licitação, documentos de habilitação e formulação de proposta	2,50%	R\$ 1.400,00
4.27	Parecer sobre contrato público e termo aditivo	2,50%	R\$ 1.400,00
4.28	Pedido de esclarecimento de edital	-	R\$ 700,00
4.29	Impugnação de edital licitatório	-	R\$ 1.120,00
4.30	Recurso ou contrarrazões administrativo desclassificação/inabilitação em processo licitatório	3,50%	R\$ 2.100,00
4.31	Recurso hierárquico	2,50%	R\$ 1.400,00
4.32	Análise e/ou pedido de reajuste do contrato, reequilíbrio financeiro de contrato público ou repactuação contratual perante o ente contratante	2,50%	R\$ 1.400,00
4.33	Cobrança extrajudicial por inadimplência de contrato público	15,00%	R\$ 2.100,00
4.34	Propositura de defesa prévia / recurso em face de sanções de advertência, multa, suspensão/impedimento de licitar e declaração de inidoneidade	10,00%	R\$ 1.400,00
4.35	Processo de execução de contrato público	10,00%	R\$ 3.920,00
4.36	Assessoria em portais de licitações (para atualização de cadastros e certidões)	-	R\$ 1.500,00
4.37	Consultoria para empresa em tema de licitação	-	R\$ 3.640,00
4.38	Mandado de segurança em face de decisão tomada em procedimento licitatório	15,00%	R\$ 4.900,00
TRIBUNAL DE CONTAS			
4.39	Defesa prévia/preliminar em procedimentos perante os tribunais de contas	10,00%	R\$ 2.100,00
4.40	Defesa complementar em procedimentos perante os tribunais de contas	15,00%	R\$ 2.800,00
4.41	Sustentação oral em procedimentos perante os tribunais de contas	5,00%	R\$ 1.400,00
4.42	Representação, denúncias ou cautelar perante os tribunais de contas	5,00%	R\$ 2.100,00
4.43	Diligências	3,00%	R\$ 700,00
4.44	Recursos em procedimentos perante os tribunais de contas	10,00%	R\$ 2.100,00
4.45	Pedidos de reexame/revisão	15,00%	R\$ 4.200,00
4.46	Embargos de declaração	5,00%	R\$ 1.050,00
4.47	Atuação perante os tribunais de contas da defesa ao julgamento do recurso	-	R\$ 9.000,00
5. ATIVIDADES EM JUIZADOS ESPECIAIS: ESTADUAL E FEDERAL		2024	
INDICATIVO		PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
5.1	Inicial ou Contestação e audiência	20,00%	R\$ 2.005,00
5.2	Atuação em 2ª instância	10,00%	R\$ 1.430,00
5.3	Sustentação oral perante Turmas Recursais	5,00%	R\$ 1.185,00
6. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO CIVIL		2024	
INDICATIVO		PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
MEDIDAS CAUTELARES			

6.1	Notificação, interpelação e protesto	-	R\$ 2.140,00
6.2	Antecedentes	5,00%	R\$ 3.500,00
6.3	Se formulado pedido principal	10,00%	R\$ 1.430,00
MANDADO DE SEGURANÇA			
6.4	Sem valor declarado	-	R\$ 3.565,00
6.5	Com valor declarado	20,00%	R\$ 8.580,00
6.7	Acréscimo por litisconsorte	3,70%	R\$ 1.798,20
EXECUÇÃO			
6.8	Execução de título extrajudicial	15,00%	R\$ 2.140,00
6.9	Cumprimento de Sentença	15,00%	R\$ 2.140,00
DEFESA AO EXECUTADO			
6.10	Embargos à execução	15,00%	R\$ 2.140,00
6.11	Exceção de pré-executividade	15,00%	R\$ 1.820,00
AÇÕES FUNDADAS EM DIREITO REAL			
6.12	Divisão e demarcação de terras particulares não contestada e sem necessidade de georreferenciamento	10% sobre o valor do quinhão	R\$ 4.180,00
6.13	Divisão e demarcação de terras particulares contestada e com necessidade de georreferenciamento	20% sobre o valor do quinhão	R\$ 5.225,00
6.14	Cumuladas	10,00%	R\$ 6.270,00
6.15	Usucapião ordinário, especial urbano e familiar	20,00%	R\$ 6.270,00
6.16	Usucapião extraordinário	20,00%	R\$ 7.315,00
6.17	Usucapião especial coletivo	20,00%	R\$ 8.360,00
6.18	Desapropriação direta	10% sobre a diferença entre a oferta e a indenização	R\$ 4.180,00
6.19	Desapropriação indireta	20% sobre a diferença entre a oferta e a indenização	R\$ 4.180,00
6.20	Reivindicatória	20,00%	R\$ 6.270,00
6.21	Demais Ações Petitórias	20,00%	R\$ 4.180,00
6.22	Ação Declaratória Autônoma	10,00%	R\$ 2.140,00
6.23	Registro de Torrens sem oposição	5,00%	R\$ 3.650,00
6.24	Registro de Torrens com oposição	10,00%	R\$ 7.290,00
6.25	Especialização de hipoteca legal	3,50%	R\$ 1.855,00
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS			
6.30	Consignação em pagamento	15,00%	R\$ 3.500,00
6.31	Ação Monitória	15,00%	R\$ 2.090,00
6.32	Alienação arrendamento ou oneração de bens	15,00%	R\$ 3.500,00
6.33	Ação de Exigir Contas (cada fase)	-	R\$ 3.500,00
6.34	Homologação do penhor legal	10,00%	R\$ 2.140,00
6.35	Oposição	15,00%	R\$ 2.140,00
6.36	Regulação da Avaria Grossa	20% sobre o dano	R\$ 2.140,00
6.37	Restauração dos autos	-	R\$ 1.420,00
6.38	Intervenção de Terceiro	10,00%	R\$ 2.140,00
AÇÕES COLETIVAS			
6.39	Ação Popular	10,00%	R\$ 8.400,00
6.40	Ação Civil Pública	10,00%	R\$ 8.400,00
7. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO IMOBILIÁRIO E URBANÍSTICO			2024
INDICATIVO		PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
7.1	Ação de despejo	10% sobre a anuidade	R\$ 3.560,00
7.2	Renovatória de locação	10% sobre o valor da anuidade	R\$ 3.050,00
7.3	Revisional e/ou arbitragem de aluguel	10% sobre o valor da anuidade	R\$ 3.050,00
7.4	Consignação de aluguel ou de chaves	10,00%	R\$ 2.800,00
7.5	Adjudicação compulsória por ofensa de preferência	5,00%	R\$ 3.560,00
7.6	Ato/accompanhamento de despejo e/ou reintegração	-	R\$ 1.890,00
7.7	Pedido de restituição de depósito ou caução	10,00%	R\$ 1.120,00
7.8	Notificação extrajudicial relacionada à locação	-	R\$ 760,00
7.9	Assistência em escrituras públicas versando sobre imóveis (caráter consultivo)		R\$ 627,00

CONDOMÍNIOS			
7.10	Assessoria jurídica mensal simples (restringida à consultoria do condomínio)	-	R\$ 1.000,00
7.11	Assessoria jurídica mensal intermediária (restringida à consultoria e assembleias, conforme o contrato)	-	R\$ 1.800,00
7.12	Assessoria jurídica mensal abrangente (consultoria em condomínio, comparecimento em assembleias, e representação judicial e extrajudicial do condomínio conforme o contrato)	-	R\$ 3.000,00
7.13	Consulta jurídica pontual/presencial	-	R\$ 600,00
7.14	Representação em assembleias	-	R\$ 850,00
7.15	Confecção de ata de assembleia	-	R\$ 500,00
7.16	Elaboração de convenção ou regimento interno	-	R\$ 5.000,00
7.17	Alteração de convenção ou regimento interno	-	R\$ 3.500,00
7.18	Elaboração de estatutos	-	R\$ 4.500,00
7.19	Elaboração de comunicados em geral	-	R\$ 450,00
7.20	Elaboração de contratos	-	R\$ 3.000,00
7.21	Revisão de contratos	-	R\$ 1.250,00
7.22	Parecer simples	-	R\$ 1.450,00
7.23	Parecer complexo	-	R\$ 2.500,00
7.24	Carta de advertência e/ou imposição de multas a condôminos infratores	-	R\$ 450,00
7.25	Registro de contratos condominiais	-	R\$ 1.250,00

Obs: Não há distinção dos honorários a serem cobrados em demandas judiciais daqueles cobrados em demandas junto às Câmaras Arbitrais, devendo os valores acima serem utilizados como parâmetro mínimo em ambos os casos.

8. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO AGRÁRIO 2024

INDICATIVO		PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
8.1	AÇÕES POSSESSÓRIAS		
8.2	Móvel	10,00%	R\$ 2.367,45
8.3	Imóvel: interdito proibitório - manutenção - reintegração	10,00%	R\$ 5.360,00
8.4	Nunciação de obra nova	10,00%	R\$ 4.750,00
8.5	Usucapião rural	10,00%	R\$ 75,28 por hectare (mínimo R\$ 7.528,37)
8.6	Divisão e demarcação (se cumuladas serão acrescidas 50%)	10,00%	R\$ 4.750,00
8.7	Embargos de terceiro	15,00%	R\$ 5.360,00
8.8	Habilitação		R\$ 3.830,00
8.9	Restauração de autos		R\$ 3.830,00
8.10	Das vendas a crédito com reserva de domínio		R\$ 3.830,00
8.11	Do Juízo arbitral		R\$ 4.750,00
8.12	Da ação monitória	15,00%	R\$ 2.720,00
8.13	Desapropriação direta	10% sobre a diferença entre a oferta e a indenização	R\$ 5.430,00
8.14	Desapropriação indireta	20% sobre a diferença entre a oferta e a indenização	R\$ 9.190,00
8.15	Ação de constituição, extinção de usufruto ou fideicomisso		R\$ 4.080,00
8.16	Mandado de segurança	10,00%	R\$ 7.700,00
8.17	Ação ordinária de despejo	20% sobre a anuidade	R\$ 4.750,00
8.18	Atos/accompanhamento de despejo/reintegração		R\$ 3.070,00
EXTRAJUDICIAL			
8.19	Regularização fundiária	5% sobre o valor venal do imóvel	R\$ 4.180,00
8.20	Assessoria em projeto de desmembramento ou remembramento de área (urbano ou rural)	5% sobre o valor venal do imóvel	R\$ 2.090,00
8.21	Assessoria em projeto de loteamento (urbano ou rural)	3% sobre o valor do contrato ou benefício ao cliente	R\$ 4.180,00
8.22	Atualização ou cancelamento cadastral de imóvel rural	3% sobre o valor do contrato ou benefício ao cliente	R\$ 1.045,00
8.23	Contratos agrários	3% sobre o valor do contrato	R\$ 2.090,00
8.24	Retificação administrativa de área (urbana ou rural) em cartório de registro de imóvel		R\$ 2.090,00

8.25	Cancelamento administrativo de matrículas e registro de imóveis urbanos ou rurais	5% sobre o valor venal do imóvel urbano ou rural	R\$ 2.090,00
------	---	--	--------------

9.	MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO AMBIENTAL	2024
-----------	--	-------------

	INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
9.1	Visita de campo		R\$ 1.200,00
9.2	Análise dos aspectos ambientais do contrato	3,00%	R\$ 2.800,00
9.3	Acompanhamento de reuniões com autoridades ambientais		R\$ 1.045,00
9.4	Acompanhamento e negociação de Termos de Compromisso em matéria ambiental	5% do valor discutido	R\$ 1.463,00
9.5	Processos Administrativos		
	a) Defesa Prévia	10,00%	R\$ 5.000,00
	b) Recurso	10,00%	R\$ 5.000,00
	c) Acompanhamento em audiência	3,00%	R\$ 1.500,00
	d) Atuação ou acompanhamento em procedimentos de licenciamento ambiental ou certificação ambiental	5,00%	R\$ 7.761,20
9.6	Processos contencioso		
	a) Defesa em inquérito civil	10,00%	R\$ 6.000,00
	b) Atuação em processo civil (1º instância)	20,00%	R\$ 8.000,00
9.7	Atuação em Ação Civil Pública (1º instância)	10,00%	R\$ 12.000,00
9.8	Atuação em audiência isolada para coleta de provas		R\$ 3.000,00
9.9	Atuação isolada em Termo de Ajustamento de Conduta		R\$ 4.500,00
9.10	Acompanhamento em estatutos ambientais	15,00%	R\$ 8.000,00
9.11	Parecer sobre interpretações de normas ambientais, sobre projeto ambiental ou sobre qualquer tipo de lançamento realizado contra o interessado	5,00%	R\$ 4.900,00
9.12	Atuação em procedimento extrajudicial cujo objeto seja crime ambiental	5,00%	R\$ 6.000,00
9.13	Atuação em processo judicial cujo objeto seja crime ambiental	10,00%	R\$ 12.626,88
9.14	Atuação em audiência de transação penal em matéria de crime ambiental		R\$ 1.400,00
9.15	Inscrição e acompanhamento do PRA (Programa de Reabilitação Ambiental)		R\$ 600,00 (por mês de duração)

10.	MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DAS FAMÍLIAS	2024
------------	---	-------------

	INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
RECONHECIMENTO E/OU DISSOLUÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL			
10.1	Sem bens a serem partilhados		
	a) Como patrono de ambas as partes		R\$ 5.590,00
	b) Como patrono de uma das partes		R\$ 5.790,00
10.2	Com bens a serem partilhados		
	a) Como patrono de ambas as partes	8% sobre o quinhão	R\$ 5.580,00
	b) Como patrono de uma das partes	8% sobre o quinhão	R\$ 4.470,00
RECONHECIMENTO E/OU DISSOLUÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA DE UNIÃO ESTÁVEL			
10.3	Sem bens a serem partilhados		R\$ 7.610,00
10.4	Com bens a serem partilhados e/ou guardas ou alimentos	10% sobre o quinhão	R\$ 9.140,00
RECONHECIMENTO E/OU DISSOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE UNIÃO ESTÁVEL			
10.5	Sem bens a serem partilhados		
	a) Como patrono de ambas as partes		R\$ 3.350,00
	b) Como patrono de uma das partes		R\$ 2.140,00
10.6	Com bens a serem partilhados		
	a) Como patrono de ambas as partes	7% sobre o quinhão	R\$ 3.350,00
	b) Como patrono de uma das partes	7% sobre o quinhão	R\$ 2.140,00
CONVERSÃO CONSENSUAL DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO			
10.7	Sem bens a serem partilhados		
	a) Como patrono de ambas as partes		R\$ 3.990,00
	b) Como patrono de uma das partes		R\$ 2.810,00
10.8	Com bens a serem partilhados		
	a) Como patrono de ambas as partes	3,00%	R\$ 4.190,00
	b) Como patrono de uma das partes	3,00%	R\$ 3.350,00
CONVERSÃO LITIGIOSA DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO			
10.9	Sem bens a serem partilhados		R\$ 4.790,00
10.10	Com bens a serem partilhados	7,00%	R\$ 5.590,00
10.11	Com bens a serem partilhados e/ou guardas ou alimentos	7,00%	R\$ 7.180,00
DIVÓRCIO CONSENSUAL			
10.12	Sem bens a serem partilhados		
	a) Como patrono de ambas as partes		R\$ 5.510,00

	b) Como patrono de uma das partes		R\$ 3.740,00
10.13	Com bens a serem partilhados e/ou guarda ou alimentos		
	a) Como patrono de ambas as partes	8,00%	R\$ 6.570,00
	b) Como patrono de uma das partes	8,00%	R\$ 5.260,00
DIVÓRCIO LITIGIOSO			
10.14	Sem bens a serem partilhados		R\$ 6.570,00
10.15	Com bens a serem partilhados	10,00%	R\$ 9.980,00
10.16	Reconvenção	10,00%	R\$ 9.980,00
10.17	Divórcio <i>Post Mortem</i>	10,00%	R\$ 6.570,00
DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL			
10.18	Sem bens a serem partilhados		
	a) Como patrono de ambas as partes		R\$ 3.190,00
	b) Como patrono de uma das partes		R\$ 2.140,00
10.19	Com bens a serem partilhados		
	a) Como patrono de ambas as partes	7% sobre o quinhão	R\$ 3.990,00
	b) Como patrono de uma das partes	7% sobre o quinhão	R\$ 3.190,00
DA FILIAÇÃO E DO PODER FAMILIAR			
10.20	Reconhecimento de filiação		
	a) paterna ou materna		R\$ 4.800,00
	b) paterna ou materna <i>post mortem</i>		R\$ 5.200,00
10.21	Reconhecimento socioafetivo		
	a) paterno ou materno		R\$ 4.800,00
	b) paterno ou materno <i>post mortem</i>		R\$ 5.200,00
10.22	Reconhecimento de dupla maternidade ou paternidade		R\$ 5.600,00
10.23	Reconhecimento voluntário da paternidade perante o oficial de registro civil das pessoas naturais (Provimento nº 83/2019 do CNJ)		R\$ 1.222,59
10.24	Investigação de paternidade ou maternidade		R\$ 5.600,00
10.25	Ação negatória de paternidade		R\$ 6.287,65
10.26	Suspensão, Renúncia ou Destituição do poder familiar		R\$ 5.600,00
ALIMENTOS			
Ritos de conhecimento			
10.27	Provisório (requerimento em caráter antecedente ou incidente)	10% sobre a anuidade	R\$ 3.660,00
10.28	Ação de Alimentos	10% sobre a anuidade	R\$ 3.660,00
10.29	Defesa na execução de alimentos		R\$ 2.200,00
10.30	Revisão, exoneração, redução ou majoração de alimentos	10% sobre a anuidade	R\$ 3.660,00
10.31	Ação de Oferta de Alimentos		R\$ 3.660,00
10.32	Alimentos Transitórios	5% sobre a anuidade	R\$ 3.370,00
10.33	Alimentos Compensatórios	5% sobre a anuidade	R\$ 3.370,00
10.34	Defesa e acompanhamento		R\$ 2.440,00
Rito de Execução			
10.35	Alimentícia	10% sobre a anuidade	R\$ 4.270,00
10.36	Impugnação		R\$ 4.060,00
10.37	Procedimentos Especiais		
10.38	Habeas Corpus, relaxamento de prisão por alimentos ou mandado de segurança		R\$ 4.060,00
	Observações: 1. Quando a ação de conhecimento for iniciada pelo credor, acrescer o percentual de 10% sobre o valor fixo; 2. Se a execução for movida pela mesma parte que moveu a ação originária, sugere-se cobrar por metade o valor fixo da execução; 3. Acrescenta-se 10% do valor total nas ações de reconvenção quando houver proveito econômico.		
GUARDA			
10.39	Ação de Guarda Litigiosa		R\$ 6.630,00
10.40	Homologação de Guarda		R\$ 3.060,00
10.41	Ação de Alteração de Guarda		R\$ 6.630,00
10.42	Defesa nas Ações de Guarda		R\$ 6.630,00
10.43	Conversão de Guarda Definitiva / Provisória em Adoção		R\$ 5.810,00
10.44	Ação de Guarda Litigiosa genitor(a) com residência fixa no exterior		R\$ 9.950,00
10.45	Ação de Modificação de Guarda genitor(a) com residência fixa no exterior		R\$ 9.950,00
10.46	Regulamentação de visitas		R\$ 4.860,00
10.47	Intervenção, guarda de menor exposto e fixação de medidas protetivas ao menor		R\$ 3.060,00
ADOÇÃO			

10.47	Ação de Habilitação à Adoção no SNA (Sistema Nacional de Adoção)	R\$ 3.660,00
10.48	Ação de adoção de criança e adolescente já destituído do poder familiar	R\$ 5.530,00
10.49	Ação de adoção de maior de 18 anos consensual	R\$ 5.530,00
10.50	Ação de adoção de maior de 18 anos litigiosa	R\$ 6.990,00
10.51	Adoção direta (art. 50, parágrafo 13, ECA)	R\$ 5.530,00
10.52	Adoção póstuma consensual	R\$ 5.530,00
10.53	Adoção póstuma litigiosa	R\$ 6.990,00
10.54	Conversão de guarda provisória em adoção consensual	R\$ 4.270,00
10.55	Adoção internacional de criança e adolescente residentes no Brasil (brasileiro residente exterior)	R\$ 12.190,00
10.56	Adoção internacional de criança e adolescente residente em outro país signatário da Convenção de Haia (brasileiro residente no Brasil)	R\$ 13.220,00
10.57	Das adoções internacionais de criança e adolescente residentes no Brasil por pretendentes estrangeiros (Convenção de Haia)	R\$ 13.220,00
10.58	Acompanhamento como terceiro interessado	R\$ 3.050,00
10.59	Ação de destituição do poder familiar c/c adoção	R\$ 6.040,00

PROCEDIMENTOS DIVERSOS

10.60	Nulidade ou anulação de casamento e/ou ação de nulidade de atos jurídicos	R\$ 8.230,00
10.61	Restabelecimento de Sociedade Conjugal	R\$ 3.190,00
10.62	Interdição	R\$ 4.580,00
10.63	Emancipação	R\$ 2.780,00
10.64	Suprimento de consentimento	R\$ 2.250,00
10.65	Busca e apreensão de menores internacional - procedimento de repatriação	R\$ 10.690,00
10.66	Busca e apreensão de menores nacional	R\$ 6.090,00
10.67	Venda judicial de bens de menores	R\$ 4.570,00
10.68	Retificação de registro civil	R\$ 3.960,00
10.69	Separação de Corpos requerida em caráter antecedente	R\$ 2.780,00
10.70	Sequestro de Bens requerido em caráter antecedente	R\$ 4.160,00
10.71	Ação Declaratória de Danos Morais por Abandono Afetivo e outros decorrentes da relação de afeto	R\$ 3.460,00
10.72	Autorização Judicial para Viagens de Menor	R\$ 3.250,00
10.73	Ação de Suprimento de Outorga	R\$ 4.370,00
10.74	Contrato de namoro	R\$ 2.540,00
10.75	Contrato/Minuta de União Estável	R\$ 2.540,00
10.76	Ação de Reconhecimento de União Estável Post Mortem	R\$ 7.140,00
10.77	Ação Declaratória ou Incidental de Alienação Parental	R\$ 8.150,00
10.78	Minuta de Pacto Antenupcial	R\$ 6.120,00
10.79	Composição pré-processual CEJUSC	R\$ 1.220,00
10.80	Ato - Audiência de Conciliação (Família)	R\$ 1.220,00
10.81	Ato - Audiência de Instrução e Julgamento (Família)	R\$ 3.080,00
10.82	Diligências junto ao oficial de justiça para o cumprimento da citação	R\$ 190,00
10.83	Curatela Litigiosa	R\$ 7.100,00
10.84	Tutela ou Curatela (consensuais)	R\$ 4.580,00
10.85	Prestação de contas na curatela (valor mensal da manutenção)	R\$ 620,00

11. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 2024

	INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
11.1	Defesa técnica em procedimentos de apuração de ato infracional		R\$ 7.800,00
11.2	Acompanhamento do adolescente em delegacia especializada		
	a) Em horário diurno (das 07h às 19h)		R\$ 1.710,00
	b) Em horários noturnos (das 19h às 07h)		R\$ 4.292,52
11.3	Audiência de oitiva informal perante o Ministério Público (audiência do art. 179 do Estatuto da Criança e do Adolescente)		R\$ 5.000,00
11.4	Pedido de revogação de internação provisória		R\$ 6.720,00
11.5	<i>Habeas Corpus</i> no horário de expediente		R\$ 6.800,00
11.6	<i>Habeas Corpus</i> perante plantão		R\$ 7.980,00
11.7	Defesa técnica em execução de medidas socioeducativas		R\$ 6.720,00
11.8	Acompanhamento da formulação do Plano Individual de Atendimento		R\$ 6.720,00
11.9	Impugnação ao Plano Individual de Atendimento		R\$ 6.720,00
11.10	Audiência de reavaliação de medida socioeducativa		R\$ 6.720,00
11.11	Defesa em procedimento de aplicação de sanção disciplinar a adolescente submetido a medida de internação		R\$ 6.720,00
11.12	Pedido incidental (revogação, unificação ou substituição de medida socioeducativa)		R\$ 6.720,00
11.13	Procedimento relativo a ações coletivas e outros procedimentos especiais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente		R\$ 14.300,00
11.14	Representação de entidade em ação civil pública		R\$ 8.400,00
11.15	Mandado de segurança a ação ordinária c/c preceito cominatório visando a direito fundamental (educação, saúde etc.)		R\$ 10.010,00

11.16	Defesa em procedimento relativo à impugnação de irregularidades em entidades de atendimento e em procedimentos relativos à aplicação de penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou ao adolescente	R\$ 2.570,00
-------	---	--------------

ADOÇÃO

11.17	Ação de Habilitação à Adoção no SNA (Sistema Nacional de Adoção)	R\$ 3.660,00
11.18	Ação de adoção de criança e adolescente já destituído do poder familiar	R\$ 5.530,00
11.19	Ação de adoção de maior de 18 anos consensual	R\$ 5.530,00
11.20	Ação de adoção de maior de 18 anos litigiosa	R\$ 6.990,00
11.21	Adoção direta (art. 50, parágrafo 13, ECA)	R\$ 5.530,00
11.22	Adoção póstuma consensual	R\$ 5.530,00
11.23	Adoção póstuma litigiosa	R\$ 6.990,00
11.24	Conversão de guarda provisória em adoção consensual	R\$ 4.270,00
11.25	Adoção internacional de criança e adolescente residentes no Brasil (brasileiro residente exterior)	R\$ 12.190,00
11.26	Adoção internacional de criança e adolescente residente em outro país signatário da Convenção de Haia (brasileiro residente no Brasil)	R\$ 13.220,00
11.27	Das adoções internacionais de criança e adolescente residentes no Brasil por pretendentes estrangeiros (Convenção de Haia)	R\$ 13.220,00
11.28	Destituição do poder familiar	R\$ 4.250,00
11.29	Acompanhamento como terceiro interessado	R\$ 3.050,00
11.30	Ação de destituição do poder familiar c/c adoção	R\$ 6.040,00

12. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DAS SUCESSÕES 2024

INDICATIVO		PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
INVENTÁRIO, ARROLAMENTO E SOBREPARTILHA JUDICIAL E ATOS ADMINISTRATIVOS			
12.1	Sem litígio, extrajudicial, sobre o monte mor ou quinhão de cada herdeiro e/ou meeira	7,00%	R\$ 5.940,00
12.2	Sem litígio, judicial, sobre monte mor ou quinhão de cada herdeiro e/ou meeira	9,00%	R\$ 6.940,00
12.3	Com litígio, sobre o monte mor ou quinhão de cada herdeiro e/ou meeira	10,00%	R\$ 6.790,00
12.4	Inventário Negativo		R\$ 4.250,00
12.5	Reserva de bens requerida em caráter antecedente	10,00%	R\$ 3.620,00
12.6	Remoção de Inventariante		
12.7	Ação de Colação	10,00%	R\$ 5.090,00
12.8	Ação de Doação Inoficiosa	10,00%	R\$ 5.090,00
12.9	Abertura de Testamento ou Codicilo	7,00%	R\$ 10.180,00
12.10	Ação de nulidade de Testamento	10,00%	R\$ 10.180,00
12.11	Ação Anulatória de Testamento	10,00%	R\$ 10.180,00
12.12	Ação de Nulidade de Partilha		R\$ 10.180,00
12.13	Ação de Habilitação de Herdeiros (sobre o valor habilitado)	10,00%	R\$ 4.250,00
12.14	Ação de Habilitação de Crédito (sobre o valor habilitado)	10,00%	R\$ 3.620,00
12.15	Ação Declaratória de Indignidade	10,00%	R\$ 4.250,00
12.16	Ação Declaratória de Deserdação	10,00%	R\$ 5.940,00
12.17	Retificação de Partilha	10,00%	R\$ 5.940,00
12.18	Ação de Sonogados	10,00%	R\$ 6.790,00
12.19	Ação de Petição de Herança	10,00%	R\$ 5.090,00
12.20	Planejamento Sucessório - holding familiar	10,00%	R\$ 10.180,00
12.21	Ação de Alvará para Levantamento de Valores e Transferência de Bens	10,00%	R\$ 3.620,00
12.22	Ação de Registro de Óbito Tardio		R\$ 3.620,00
12.23	Minuta de Testamento e/ou Assistência ao ato e a Abertura de Testamento	7,00%	R\$ 5.060,00

13. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO EMPRESARIAL 2024

INDICATIVO		PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
FALÊNCIA			
13.1	Requerida pelo devedor (autofalência) quanto pelo Credor, sobre o valor do crédito - ME/EPP	3,00%	R\$ 7.593,94
13.2	Requerida pelo devedor (autofalência) quanto pelo Credor, sobre o valor de crédito	5,00%	R\$ 9.872,12
13.3	Pedido de destituição/substituição de administrador judicial		R\$ 5.841,49
13.4	Representação do falido (sobre o montante do passivo)	10,00%	R\$ 3.148,20
13.5	Embargos à Falência	10,00%	R\$ 5.923,26
INSOLVÊNCIA			
13.6	Pedido de declaração de insolvência	5,00%	R\$ 4.936,05
13.7	Representação do devedor insolvente (sobre o montante do passivo)	10,00%	R\$ 3.148,20
RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL			
13.8	Pedido e acompanhamento de recuperação extrajudicial sobre o valor do passivo - ME/EPP	3,00%	R\$ 7.593,94
13.9	Pedido e acompanhamento de recuperação extrajudicial sobre o valor do passivo	5,00%	R\$ 9.872,12
13.10	Elaboração e pedido de homologação de recuperação sobre o valor do passivo	3,00%	R\$ 7.593,94
RECUPERAÇÃO JUDICIAL			

13.11	Pedido e acompanhamento de recuperação judicial sobre o valor do passivo - ME/EPP	5,00%	R\$ 9.872,12
13.12	Pedido e acompanhamento de recuperação judicial sobre o valor do passivo	5,00%	R\$ 14.808,18
13.13	Pedido de destituição/substituição de administrador judicial		R\$ 8.000,00
13.14	Assistência ao gestor na recuperação	10,00%	R\$ 3.148,20
HABILITAÇÕES/IMPUGNAÇÕES DE CRÉDITOS			
13.15	Habilitação/divergência administrativa	5,00%	R\$ 1.302,00
13.16	Habilitação/impugnação judicial (sobre o valor do crédito)	10,00%	R\$ 2.660,00
13.17	Ação retificação, reclassificação ou exclusão de crédito (artigo 19 da lei 11.101/05)	10,00%	R\$ 4.380,00
13.18	Assessoria na elaboração de contrato de franquia	3% sob o valor do contrato	
HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS			
13.19	Não impugnados, sobre o valor habilitado	10,00%	R\$ 3.490,00
13.20	Impugnados, sobre o valor habilitado	15,00%	R\$ 4.060,00
13.21	Pedido de Restituição de Afins	10,00%	R\$ 4.060,00
AÇÃO REVOCATÓRIA			
		5,00%	R\$ 4.060,00
SOCIETÁRIO LITIGIOSO			
13.22	Ação de Dissolução parcial ou total de sociedade	5,00%	R\$ 5.080,00
13.23	Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica (pedido de defesa)	5,00%	R\$ 5.080,00
13.24	Dissolução e Liquidação de Sociedades		
	a) Sobre rateio recebido	10,00%	R\$ 7.870,00
	b) Sobre o valor do passivo (não incluída defesa criminal)	5,00%	R\$ 7.870,00
13.25	Ação de Nulidade de Assembleia ou Reunião de Sócios		R\$ 4.060,00
13.26	Ação de Responsabilidade de Administrador Societário		R\$ 5.080,00
13.27	Ação de Anulação de Constituição de Pessoa Jurídica		R\$ 5.080,00
13.28	Ação de Exigir Contas		R\$ 5.080,00
SOCIETÁRIO CONSULTIVO			
13.29	Memorando de Entendimentos e/ou Letter Of Intentions		R\$ 1.520,00
13.30	Contrato Social de Sociedade Unipessoal ou Limitada		R\$ 1.520,00
13.31	Estatuto Social de Associação		R\$ 1.520,00
13.32	Estatuto Social de Sociedade Anônima e Cooperativa		R\$ 4.050,00
13.33	Contrato Social de Sociedade com Propósito Específico		R\$ 4.050,00
13.34	Acordo de Sócios e Acordos de Acionistas		R\$ 4.050,00
13.35	Acompanhamento de Fusão e Aquisição	3,00%	R\$ 5.070,00
13.36	Mutação ou Transformação Societária		R\$ 2.890,00
PROPRIEDADE INDUSTRIAL			
13.37	Pedido de Registro de Marca		R\$ 1.520,00
13.38	Pedido de Registro de Patente		R\$ 3.560,00
13.39	Ação de Nulidade de Registro de Marca		R\$ 4.050,00
13.40	Ação de Nulidade de Registro de Patente		R\$ 6.080,00
13.41	Contrato de Autorização, Licença e/ou Uso		R\$ 2.030,00
14.	MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO TRIBUTÁRIO		2024
	INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
ÁREA ADMINISTRATIVA			
14.1	Honorários iniciais sobre valor econômico real da causa	5,00%	R\$ 2.800,00
14.2	Honorários finais sobre o benefício	10,00%	R\$ 3.900,00
NA ÁREA JUDICIAL			
14.3	Honorários iniciais sobre valor econômico real da causa	5,00%	R\$ 2.752,20
14.4	Honorários finais sobre o benefício	10,00%	R\$ 3.900,00
AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL			
14.5	Honorários iniciais sobre valor econômico real da causa	5,00%	R\$ 2.752,20
14.6	Honorários finais sobre o benefício	10,00%	R\$ 5.600,00
LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS			
14.7	Sobre o valor dos bens	5,00%	R\$ 3.880,60
REPETIÇÃO DE INDÉBITO			
14.8	Honorários iniciais sobre o valor econômico real da causa	5,00%	R\$ 2.752,20

14.9	Honorários finais sobre o benefício	10,00%	R\$ 5.600,00
PARECER			
14.10	Parecer sobre interpretação de normas tributárias, planejamento tributário ou qualquer tipo de lançamento realizado contra o interessado pelo fisco		R\$ 5.600,00
MANDADO DE SEGURANÇA			
14.11	Mandado de Segurança ou Habeas Corpus em razão de matéria fiscal ou tributária	10,00%	R\$ 6.880,00
14.12	Outros procedimentos e defesas em matéria fiscal ou tributária	10,00%	R\$ 3.880,60
ASSESSORIA JURÍDICA (ADVOCACIA DE PARTIDO)			
14.13	Assistência total sem vínculo empregatício, na esfera administrativa e/ou judicial - valor mensal		
	a) Micro e pequena empresa / SIMPLES	CPC (art. 85, §3º)	R\$ 2.800,00
	b) LTDA / LUCRO PRESUMIDO	CPC (art. 85, §3º)	R\$ 5.200,00
	c) S.A / LUCRO REAL	CPC (art. 85, §3º)	R\$ 7.800,00
	d) Demais entidades (ex: cooperativas, sociedades civis, etc.)		R\$ 3.900,00

OBS. 1: Na repetição de indébito, não havendo a cobrança de honorários iniciais, os honorários finais mínimos sobre o benefício serão dobrados (20%). OBS. 2: Para a fixação do valor econômico real será atendido o proveito econômico que poderá advir ao cliente, valor este que pode ser diferente do atribuído à ação para efeitos fiscais. OBS. 3: Nas ações em que houver honorários devidos sobre o êxito, a porcentagem incidirá em regra sobre o valor vencido ou restituído mais aquele correspondente a 24 (vinte e quatro) meses de prestações vincendas, salvo se houver disposição expressa em contrato em sentido distinto. OBS. 4: Em caso de desistência de impugnação, recurso administrativo, ação judicial ou adesão a anistia/parcelamento, serão devidos honorários na forma estipulada no contrato firmado. Na ausência de disposição contratual expressa, será devida a metade dos percentuais fixados nesta tabela. Obs. 5: Considera-se benefício o valor do tributo reduzido e/ou aquele restituído, o que pode se dar por meio de precatório, RPV, compensação com débitos vencidos e vencidos, inclusive de ofício, ou outro meio que gere resultado ao cliente. OBS. 6: Na advocacia de partido serão devidos honorários contratuais mensais e percentual sobre os valores restituídos e/ou reduzidos, nos limites mínimos do art. 85, par. 3º, do CPC.

15.	MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DIGITAL	2024
------------	--	-------------

	INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL			
15.1	Para Desbloqueio e/ou Reativação de conta em Rede Social		R\$ 771,43
15.2	Desbloqueio e/ou Reativação de Conta em Marketplace em Mercado nacional		R\$ 771,43
15.3	Desbloqueio e/ou Reativação de Conta em Marketplace em Mercado Internacional		R\$ 1.510,00
15.4	Para Remoção de Conteúdo Online		R\$ 771,43
TERMOS DIGITAIS			
15.5	Termos de Uso de Site		R\$ 1.230,00
15.6	Termo de Uso de Software e/ou Aplicativo		R\$ 1.230,00
15.7	Termo de Políticas de Privacidade		R\$ 3.070,00
15.8	Termo de Autorização de Uso de Imagem		R\$ 1.230,00
CONTRATOS DIGITAIS			
15.9	Contratos de Desenvolvimento de Software	3,00%	R\$ 2.300,00
15.10	Contrato de Desenvolvimento de Website	3,00%	R\$ 2.300,00
15.11	Contrato de Desenvolvimento de Aplicativo	3,00%	R\$ 2.300,00
15.12	Contrato de Fornecimento de Tecnologia	3,00%	R\$ 2.300,00
15.13	Contrato de Cessão de Uso de Tecnologia e/ou Software	3,00%	R\$ 2.300,00
15.14	Contrato de Cessão de Tecnologia e/ou Software	3,00%	R\$ 2.300,00
15.15	Contrato de Cooperação Tecnológica	3,00%	R\$ 2.300,00
15.16	Contrato de Escrow (Código-fonte)	3,00%	R\$ 3.070,00
CONTRATOS DE MARKETING DIGITAL			
15.17	Contrato de Marketing Digital	3,00%	R\$ 1.530,00
15.18	Contrato de Gestão de Tráfego	3,00%	R\$ 1.530,00
15.19	Contrato de Social Media / Gestão de Mídias Sociais	3,00%	R\$ 1.530,00
15.20	Contrato de Copywriting	3,00%	R\$ 1.530,00
15.21	Contrato de Criação de Branding	3,00%	R\$ 1.530,00
15.22	Contrato de Parceria para Lançamento de Produto Digital	3,00%	R\$ 1.530,00
15.23	Contrato de Agenciamento de Digital Influencer	3,00%	R\$ 1.530,00
AÇÕES DIGITAIS			
15.24	Ação de Desbloqueio e/ou Reativação de Conta Digital	20,00%	R\$ 3.070,00
15.25	Ação de Desbloqueio e/ou Reativação de Conta em Marketplace	20,00%	R\$ 3.070,00
15.26	Ação para Remoção de Conteúdo Online	20,00%	R\$ 3.070,00
15.27	Ação para Identificação de Usuário em Plataforma Digital	20,00%	R\$ 3.070,00
15.28	Defesas Judiciais e Administrativas em Ações Relacionadas a Direito Digital	20,00%	R\$ 3.070,00

16.	MATÉRIA DE ADVOCACIA PARA ADEQUAÇÃO BÁSICA DE UM PROGRAMA DE COMPLIANCE (ÂMBITO PRIVADO)	2024
------------	---	-------------

	INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
--	------------	----------------	--------------

16.1	Código de ética	R\$ 3.000,00
16.2	Políticas e procedimentos de integridade	R\$ 1.000,00 (cada documento)
16.3	Código de ética para terceiros	R\$ 3.000,00
16.4	Mapa de riscos	R\$ 3.000,00
16.5	Treinamentos	R\$ 1.000,00 (a hora)
16.6	Apoio para temas do Compliance e participação em reuniões	R\$ 350,00 (a hora)
16.7	Monitoramento do programa (mensalmente)	R\$ 3.000,00

17. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM GESTÃO JURÍDICA 2024

	INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
17.1	Contratação na função de gestor geral	5,00%	R\$ 3.500,00
17.2	Contratação na função de gestor por área		R\$ 2.500,00
17.3	Contratação na função de gestor de controladoria	2,00%	R\$ 2.500,00
17.4	Contratação na função de gestor técnico	2,00%	R\$ 2.500,00
17.5	Contratação na função de gestor administrativo - financeiro		R\$ 2.500,00

18. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DO TRABALHO 2024

	INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
DISSÍDIOS INDIVIDUAIS			
18.1	Patrocínio de Reclamante: sobre o valor da causa, da condenação, ou do acordo	30,00%	R\$ 1.800,00
18.2	Patrocínio da Reclamada: sobre o valor real do pedido ou do valor econômico da questão com pagamento no início da ação	10,00%	R\$ 2.990,00
18.3	Acréscimo em caso de recurso	5,00%	
18.4	Dissídio individual plúrimo	Acresce 2,5% por litigante ao percentual mínimo	R\$ 5.640,00

RECURSOS TRABALHISTAS (como mandatário específico para o ato)

18.4	Agravo de Instrumento	10,00%	R\$ 2.460,00
18.5	Contraminuta de Agravo de Instrumento	10,00%	R\$ 2.460,00
18.6	Agravo de Petição	10,00%	R\$ 2.460,00
18.7	Contraminuta de Agravo de Petição	10,00%	R\$ 2.460,00
18.8	Recurso Ordinário	10,00%	R\$ 2.990,00
18.9	Contrarrazões de Recurso Ordinário	10,00%	R\$ 2.990,00
18.10	Recurso de Revista	10,00%	R\$ 3.410,00
18.11	Contrarrazões de Recurso de Revista	10,00%	R\$ 3.410,00
18.12	Recurso Extraordinário	10,00%	R\$ 5.300,00
18.13	Contrarrazões de Recurso Extraordinário	10,00%	R\$ 5.300,00
18.14	Agravo contra despacho denegatório de seguimento de Recurso Extraordinário	10,00%	R\$ 5.300,00
18.15	Contrarrazões de Agravo contra denegatório de seguimento de Recurso Extraordinário	10,00%	R\$ 5.300,00

SERVIÇOS DIVERSOS

18.16	Elaboração de petição inicial		R\$ 1.212,00
18.17	Elaboração de defesa		R\$ 1.212,00
18.18	Acompanhamento de homologação de rescisão contratual	20,00%	R\$ 730,00
18.19	Comparecimento a audiência inaugural (presencial ou virtual)		R\$ 1.290,00
18.20	Comparecimento a audiência de instrução (presencial ou virtual)		R\$ 1.825,00
18.21	Comparecimento a audiência de conciliação (presencial ou virtual)		R\$ 980,00
18.22	Comparecimento a audiência de encerramento de instrução (presencial ou virtual)		R\$ 730,00
18.23	Ação de consignação em pagamento em favor da parte reclamante	25%	
18.24	Ação de consignação em pagamento em favor da parte reclamada	25%	R\$ 2.192,00
18.25	Embargos de devedor	10,00%	R\$ 1.700,00
18.26	Embargos de terceiros	1,00%	R\$ 1.700,00
18.27	Embargos de declaração		R\$ 1.360,00
18.28	Execução	10,00%	R\$ 2.996,00
18.29	Ação rescisória trabalhista	15,00%	R\$ 5.300,00
18.30	Contestação de ação rescisória	10,00%	R\$ 5.300,00
18.31	Ação de reintegração de empregado (sob o proveito econômico)	20% sobre a soma dos salários que o empregado receberá durante um ano ou proveito da ação	R\$ 3.650,00
18.32	Inquérito para apuração de falta grave de empregado estável	20% sobre o valor do salário anual do empregado	R\$ 3.650,00

18.33	Pedido de homologação judicial de demissão de estável e de transação com opção pelo FGTS	20% sobre o valor do salário anual do empregado	R\$ 3.650,00
18.34	Sustentação oral (presencial ou virtual)	3% sobre o valor da causa	R\$ 2.320,00
18.35	Acompanhamento do TRT		R\$ 1.600,00
18.36	Elaboração de memoriais		R\$ 1.530,00
18.37	Apresentação de cálculos	3% sobre o valor do cálculo	R\$ 1.260,00
18.38	Impugnação de cálculos	3% sobre o valor do cálculo	R\$ 1.260,00
18.39	Cálculo de liquidação de pedido ou verbas incontroversas	2,00%	R\$ 700,00
18.40	Cálculo de liquidação de sentença trabalhista		
	a) sem lançamento de cartão de ponto	3,00%	R\$ 560,00
	b) com lançamento de cartão de ponto	5,00%	R\$ 800,00
	c) parecer explicativo do cálculo elaborado	1,00%	R\$ 560,00
18.41	Mandado de segurança em matéria trabalhista	20% sobre o valor da causa ou proveito da ação	R\$ 3.650,00
18.42	Resposta ao mandado de segurança		R\$ 3.650,00
18.43	Ação cautelar (requerida em caráter antecedente)	20% sobre o valor da causa	R\$ 3.650,00
18.44	Contestação de ação cautelar		R\$ 3.650,00
18.45	Acordo extrajudicial trabalhista: sobre o valor do acordo	30,00%	R\$ 1.483,93
18.46	Acompanhamento de homologação de quitação anual	15,00%	R\$ 730,00
18.47	Reunião com preposto e/ou testemunhas		R\$ 903,00
18.48	Consulta de processo em andamento		R\$ 525,00
18.49	Parecer acerca de processo em andamento		R\$ 903,00
18.50	Protocolo de petições e documentos no PJE		R\$ 380,00
18.51	Petição interlocutória		R\$ 430,00
18.52	REPRESENTAÇÃO EM DISSÍDIO COLETIVO, ACORDO COLETIVO, CONVENÇÃO COLETIVA OU CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO		
	a) Com até 100 empregados		R\$ 73,50 por empregado, observando-se o limite mínimo de R\$ 7.350,00.
	b) Entre 101 e 300 empregados		R\$ 31,50 por empregado, observando-se o limite mínimo de R\$ 9.186,23.
	c) Entre 301 e 600 empregados		R\$ 21,00 por empregado, observando-se o limite mínimo de R\$ 10.717,25.
	d) Acima de 1.000 empregados		R\$ 14.544,85
18.53	Representação em dissídio coletivo de natureza jurídica		
	ASSESSORIA JURÍDICA PARA CONSTITUIÇÃO DE SINDICATOS, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES		
18.54	Elaboração de estatuto		R\$ 14.250,00
18.55	Confecção de Edital		R\$ 2.650,00
18.56	Assessoria presencial em assembleia (a hora)		R\$ 720,00
18.57	Registro do sindicato no MP (sem impugnação)		R\$ 3.570,00
18.58	Registro do sindicato no MP (com impugnação)		R\$ 7.130,00
18.59	Impugnação de registro sindical		R\$ 3.570,00
	ASSESSORIA JURÍDICA PARA INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS SINDICAIS		
18.60	Participações ou assessoria em assembleia da categoria (a hora)		R\$ 510,00
	a) No domicílio do profissional		R\$ 730,00
	b) fora do domicílio do profissional		
18.61	ASSESSORIA OU PARTICIPAÇÃO DE REUNIÃO DE DIRETORIA E CONSELHO OU OUTROS ÓRGÃOS INTERNOS - A HORA		
	a) No domicílio do profissional		R\$ 470,00
	b) fora do domicílio do profissional		R\$ 630,00
	ELEIÇÕES DE SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES		
18.62	Elaboração de Regimento ou regulamento Eleitoral		R\$ 7.160,00
18.63	Elaboração de Edital		R\$ 730,00

18.64	Integrar como membro da Comissão Eleitoral	R\$ 7.160,00
18.65	Integrar como Presidente da Comissão Eleitoral	R\$ 10.230,00
18.66	Assessoria de Comissão Eleitoral - a hora	R\$ 510,00

IMPUGNAÇÃO DE CHAPAS OU CANDIDATOS ELEITORAIS

18.67	De chapas ou candidatos eleitorais	
	a) Atuar no polo ativo	R\$ 1.540,00
	b) Atuar no polo passivo	R\$ 1.540,00
18.68	De resultado de eleições e associações	R\$ 2.940,00

18.69	PARECERES ESCRITOS EM GERAL	R\$ 4.300,00
-------	------------------------------------	--------------

18.70	CONSULTAS A DIRETORES E/OU OUTROS DE MATÉRIA SINDICAL	R\$ 720,00
-------	--	------------

18.71 ASSESSORIAS EM PROCESSOS DISCIPLINARES EM GERAL PARA APLICAR PENALIDADE A DIRETOR OU ASSOCIADO

	a) Atuar no polo ativo	R\$ 2.590,00
	b) Atuar no plo passivo	R\$ 6.170,00

MENSALIDADES SINDICAIS NÃO CONSIGNADAS EM FOLHA

18.72	Cobrança extrajudicial - cumulativo	10,00%	R\$ 1.540,00
18.73	Cobrança judicial - cumulativo	15,00%	R\$ 3.590,00

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL

18.74	Não consignadas		
	a) Cobrança extrajudicial	10,00%	R\$ 1.540,00
	b) Cobrança judicial	15,00%	R\$ 4.300,00
18.75	Consignadas em folha		
	a) Cobrança extrajudicial	10,00%	R\$ 1.540,00
	b) Cobrança judicial	15,00%	R\$ 4.350,00

18.76 CONSULTORIA, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, A SINDICATOS DE TRABALHADORES

	a) Com até 500 empregados	R\$ 3.870,00
	b) Entre 500 e 1.000 empregados	R\$ 5.880,00
	c) Acima de 1.000 empregados	R\$ 7.170,00

18.77 CONSULTORIA, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, A SINDICATOS DE EMPRESAS

	a) Com até 10 empresas associadas	R\$ 8.020,00
--	-----------------------------------	--------------

19. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO 2024

PREFÁCIO

- O percentual é aplicável na obrigação de pagar e as parcelas serão aplicadas na obrigação de fazer.
- Art. 50 do Código de Ética. Na hipótese da adoção de cláusula quota litis, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos hc podem ser superiores às vantagens advindas a favor do cliente.

	INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
Fase Administrativa			
19.1	Concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários ou assistenciais	20,00%	R\$ 2.000,00
19.2	Sustentação oral (presencial ou virtual) perante órgãos recursais administrativos		R\$ 1.500,00
19.3	Solicitação e expedição de Certidão de Tempo de Contribuição		R\$ 1.214,00
19.4	Homologação de certidão de tempo de serviço		R\$ 1.860,00
19.5	Justificação administrativa de tempo de serviço		R\$ 2.780,00
19.6	Averbação de sentença trabalhista no INSS ou autarquias previdenciárias		R\$ 1.860,00
19.7	Retificação de CNIS		R\$ 2.100,00
19.8	Diligências no INSS, autarquias previdenciárias e INSS		R\$ 1.008,00
19.9	Atuação somente a partir da fase recursal	15,00%	R\$ 1.600,00
Fase Judicial			
19.10	Ação de concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários ou assistenciais	30,00%	R\$ 4.000,00
19.11	Sustentação oral (presencial ou virtual)		R\$ 2.497,23
19.12	Atuação somente a partir da fase recursal	15,00%	R\$ 3.000,00
19.13	Ação de revisão de benefício	30,00%	R\$ 4.000,00
19.14	Ação de reconhecimento ou homologação de tempo de serviço	30,00%	R\$ 3.000,00
19.15	Mandado de Segurança com valor declarado	30,00%	R\$ 3.650,00
19.16	Mandado de Segurança sem valor declarado		R\$ 3.500,00
19.17			
OUTROS PROCEDIMENTOS			
19.18	Planejamento Previdenciário		

	a) Regime Geral de Previdência Social	R\$ 3.660,00
	b) Regime Próprio de Previdência Social	R\$ 5.890,00
19.19	Análise Previdenciária	R\$ 1.008,00
19.20	Cálculo Previdenciário	R\$ 700,00
19.21	Agendamento de perícia por incapacidade	R\$ 400,00
19.22	Pedido de Prorrogação	R\$ 400,00
19.23	Obtenção de documentos e/ou cópias na esfera administrativa ou judicial (com diligência junto ao órgão)	R\$ 500,00
19.24	Obtenção de documentos e/ou cópias na esfera administrativa ou judicial (sem diligência junto ao órgão)	R\$ 250,00

20.	MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DA SAÚDE	2024
------------	---	-------------

	INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
ADVOCACIA JUDICIAL			
20.1	Ação de tutela antecipada requerida em caráter antecedente	10,00%	R\$ 5.450,00
20.2	Aditamento da tutela antecipada com pedido de tutela final	10,00%	R\$ 4.550,00
20.3	Ação de obrigação de fazer	10,00%	R\$ 5.600,00
20.4	Ação de mandado de segurança (acesso à medicamentos, tratamentos, regulação e assuntos afins)	10,00%	R\$ 7.200,00
20.5	Ação de mandado de segurança envolvendo sanção ético-disciplinar, exceto do exercício profissional		R\$ 6.000,00
20.6	Ação de mandado de segurança envolvendo sanção ético-disciplinar de cassação do exercício profissional		R\$ 15.000,00
20.7	Propositura de ação de responsabilidade civil (erro médico e assuntos afins)	30,00%	R\$ 6.100,00
20.8	Defesa em ação de responsabilidade civil	20,00%	R\$ 12.000,00
20.9	Ação de cobrança/ressarcimento de despesas médico-hospitalares	20,00%	R\$ 4.550,00
20.10			
ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL			
20.11	Assessoria para elaboração de relatório médico circunstanciado		R\$ 550,00
20.12	Assessoria para elaboração de laudo pericial		R\$ 1.650,00
20.13	Assessoria mensal consultiva para consultórios		R\$ 2.140,00
20.14	Assessoria mensal consultiva para clínicas		R\$ 3.210,00
20.15	Assessoria mensal consultiva para hospitais e empresas de saúde (cooperativas e/ou sociedades em grupo)		R\$ 4.173,00
20.16	Assessoria mensal consultiva para operadora de saúde sem dedicação exclusiva		R\$ 6.259,50
20.17	Assessoria total para operadora de saúde com dedicação exclusiva		R\$ 12.519,00
20.18	Diligências avulsas para acompanhamento do cliente perante órgãos regulatórios (por ato)		R\$ 1.550,00
20.19	Defesa/impugnação de autos e/ou manifestação perante órgãos regulatórios	20,00%	R\$ 2.570,00
ADVOCACIA ÉTICO-ADMINISTRATIVA			
20.20	Manifestação prévia do denunciado em sindicância		R\$ 2.280,00
20.21	Representação do denunciado em processo ético-profissional (por profissional)		R\$ 6.840,00
20.22	Representação do denunciante em processo administrativo		R\$ 3.420,00
20.23	Defesa em processo administrativo		R\$ 3.420,00
20.24	Rcurso em processo administrativo		R\$ 4.450,00
20.25	Sustentação oral em processo ético-profissional		R\$ 2.480,00
20.26	Audiência de conciliação		R\$ 1.650,00
20.27	Audiência de conciliação com TAC		R\$ 2.150,00
20.28	Audiência de instrução		R\$ 2.480,00

ADVOCACIA CONTRATUAL			
20.29	Elaboração ou revisão de documentos legais da atividade profissional (termos de consentimento, confidencialidade, autorização para uso de imagem e afins)		R\$ 2.280,00
20.30	Elaboração ou revisão de contratos diversos, exceto societários (contratos de honorários, parcerias, fornecimento de insumo, manutenção, entre outros), por contrato		R\$ 1.520,00
20.31	Elaboração ou revisão de regimento interno de corpo clínico		R\$ 2.280,00

21.	MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO PENAL	2024
------------	--	-------------

	INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
FASE POLICIAL			
21.1	Acompanhamento auto de prisão em flagrante – horário diurno (das 7 às 19h)		R\$ 3.500,00
21.2	Acompanhamento auto de prisão em flagrante – horário noturno (das 19 às 7h)		R\$ 5.560,00
21.3	Acompanhamento de inquérito policial com prisão		R\$ 4.940,00
21.4	Acompanhamento de inquérito policial sem prisão		R\$ 3.290,00
21.5	Atos perante órgãos policiais em horário comercial (das 07h às 19h)		R\$ 2.100,00
21.6	Atos perante órgãos policiais fora do horário comercial, em finais de semana ou feriados		R\$ 2.600,00
21.7	Atendimento ao cliente no presídio (por consulta solicitada)		R\$ 2.623,50
21.8	Ato judicial que não consta da tabela		R\$ 5.771,70
21.9	Exame de processo penal com parecer verbal		R\$ 2.680,64
21.10	Investigação Defensiva		R\$ 9.000,00
21.11	Apresentação do cliente ou testemunha ou vítima		R\$ 1.950,00

21.12	Acompanhamento de Oitiva sem poderes para instauração de procedimentos		R\$ 820,00
21.13	Acompanhamento de Oitiva de testemunhas de acusação		R\$ 420,00
21.14	Requerimento para instauração de inquérito policial ou representação criminal e seu acompanhamento		R\$ 2.600,00
21.15	Delação ou Colaboração premiada	10,00%	R\$ 16.000,00

FASE PROCESSUAL

21.16	Queixa-Crime, requerimento para instauração de inquérito ou representação criminal (com acompanhamento)		R\$ 6.800,00
21.17	Queixa-Crime, requerimento para instauração de inquérito ou representação criminal (sem acompanhamento)		R\$ 4.120,00
21.18	Defesa em procedimento ordinário (desde a denúncia até a publicação da sentença)		R\$ 8.580,00
21.19	Apresentação de resposta à acusação no rito ordinário		R\$ 3.440,00
21.20	Realização de audiência de instrução no rito ordinário:		
	a) no domicílio do advogado (sem alegações finais orais)		R\$ 2.560,00
	b) no domicílio do advogado (com alegações finais orais)		R\$ 3.050,00
	c) fora do domicílio do advogado (sem alegações finais orais)		R\$ 2.900,00
	d) fora do domicílio do advogado (com alegações finais orais)		R\$ 4.600,00
21.21	Apresentação de alegações finais por memoriais no rito ordinário		R\$ 2.560,00
21.22	Defesa em procedimento sumário (desde a denúncia até a publicação da sentença)		R\$ 6.820,00
21.23	Apresentação de resposta à acusação no rito sumário		R\$ 2.840,00
21.24	Realização de audiência de instrução no rito sumário:		
	a) no domicílio do advogado (sem alegações finais orais)		R\$ 1.860,00
	b) no domicílio do advogado (com alegações finais orais)		R\$ 2.730,00
	c) fora do domicílio do advogado (sem alegações finais orais)		R\$ 2.340,00
	d) fora do domicílio do advogado (com alegações finais orais)		R\$ 3.460,00
21.25	Apresentação de alegações finais por memoriais no rito sumário		R\$ 1.860,00
21.26	Defesa em procedimento sumaríssimo - juizado especial criminal (desde a denúncia até a publicação da sentença)		R\$ 4.900,00
21.27	Apresentação de resposta à acusação no rito sumaríssimo - juizado especial criminal		R\$ 2.680,00
21.28	Realização de audiência no rito sumaríssimo - juizado especial criminal:		
	a) preliminar no domicílio do advogado		R\$ 710,00
	b) de transação ou suspensão condicional da pena no domicílio do advogado		R\$ 1.320,00
	c) de instrução no domicílio do advogado (com alegações finais orais)		R\$ 1.680,00
	d) preliminar fora do domicílio do advogado		R\$ 1.180,00
	e) de transação ou suspensão condicional da pena fora do domicílio do advogado		R\$ 1.680,00
	f) de instrução fora do domicílio do advogado (com alegações finais orais)		R\$ 2.340,00
21.29	Defesa em processo criminal de competência do tribunal do júri		R\$ 21.000,00
21.30	Defesa em processo criminal de competência do tribunal do júri somente no sumário de culpa, até a decisão de pronúncia		R\$ 13.000,00
21.31	Defesa em processos criminais de competência do tribunal do júri somente no julgamento em plenário, até a decisão do conselho de sentença		R\$ 15.000,00
21.32	Rito especial da Lei 11.343/06 - (Lei Tráfico)		R\$ 8.889,12
21.33	Rito da Lei 11.340/06 - (Lei Maria da Penha)		R\$ 4.938,40
21.34	Audiência de retratação na Vara da Violência Doméstica		R\$ 1.960,00
21.35	Pedido de cessação de periculosidade e medidas protetivas relativos à violência doméstica		R\$ 2.100,00
21.36	Processo Lei 12.850/2013 (Lei de Organização Criminosa)		R\$ 13.580,60
21.37	Processo Lei 9.613/1998 - (Lei de Lavagem de Dinheiro)		R\$ 13.580,60
21.38	Processo Lei 8.137/1990		R\$ 8.889,12
21.39	Processo Justiça Eleitoral		R\$ 13.580,60
21.40	Processo Crimes Ambientais - (Lei 9.605/1998)	10,00%	R\$ 12.626,88
21.41	Busca e apreensão		R\$ 3.900,00
21.42	Ações cautelares		R\$ 4.938,00

FASE RECURSAL - CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

21.43	Apelação ou Recurso em Sentido Estrito:		
	a) rito sumário		R\$ 2.200,00
	b) rito ordinário		R\$ 2.730,00
	c) rito sumaríssimo		R\$ 1.680,00
21.44	Razões ou contrarrazões de embargos de declaração em matéria criminal		R\$ 2.100,00
21.45	Razões ou contrarrazões de embargos infringentes em matéria criminal		R\$ 4.000,00
21.46	Revisão criminal sem justificação judicial		R\$ 10.000,00
21.47	Revisão criminal com justificação judicial		R\$ 12.560,00
21.48	Razões ou contraminuta de agravo regimentais em matéria criminal		R\$ 4.000,00
21.49	Carta testemunhável		R\$ 3.000,00
21.50	Correição Parcial		R\$ 3.000,00
21.51	Revisão criminal		R\$ 15.000,00
21.52	Agravo em execução penal		R\$ 4.000,00
21.53	Mandado de segurança em matéria criminal		R\$ 8.580,00

FASE RECURSAL CONSTITUCIONAL		
21.54	Recurso Ordinário em Habeas Corpus	R\$ 7.200,00
21.55	Recurso Ordinário em mandado de segurança em matéria criminal	R\$ 7.200,00
21.56	Recurso Especial	R\$ 10.000,00
21.57	Recurso Extraordinário	R\$ 10.000,00
21.58	Razões ou contraminuta de agravo em tribunais superiores em matéria criminal	R\$ 4.000,00
21.59	Reclamação na esfera penal	R\$ 8.000,00
PEDIDO DE LIBERDADE		
21.60	Incidente de liberdade, Pedido de revogação de prisão ou Pedido de relaxamento de prisão - horário diurno (das 7h às 19h)	R\$ 3.990,00
21.61	Incidente de liberdade, Pedido de revogação de prisão ou Pedido de relaxamento de prisão - horário diurno (das 19h às 7h)	R\$ 5.940,00
21.63	Pedido de fiança criminal	
21.64	Habeas Corpus perante juízo singular	R\$ 6.800,00
21.65	Habeas Corpus perante Tribunais	R\$ 7.980,00
21.66	Habeas Corpus perante Tribunais Superiores	R\$ 10.120,00
21.67	Mandado de segurança em matéria criminal	R\$ 8.580,00
PEDIDO DE BENEFÍCIOS		
21.68	Audiência de Custódia e admonitoria no domicílio do advogado	
	a) no domicílio do advogado	R\$ 1.372,00
	b) fora do domicílio do advogado	R\$ 1.870,00
		Acresce 15% sobre o valor mínimo
	c) das 19h às 7h, em feriados ou domingos	
21.69	Acordo de não persecução penal	R\$ 1.360,00
21.70	Audiência de retratação na vara de violência doméstica	R\$ 2.100,00
FASE DE EXECUÇÃO PENAL		
21.71	Requerimento para concessão de graça, indulto, anistia, comutação de penas, livramento condicional, unificação de penas, revogação de medida de segurança, prisão albergue, prisão domiciliar, pedido de retratação ou perdão e progressão de regime	R\$ 3.500,00
21.72	Audiência de justificação	
	a) no domicílio do advogado	R\$ 1.360,00
	b) fora do domicílio do advogado	R\$ 1.870,00
		Acresce 15% sobre o valor mínimo
	c) das 19h às 7h, em feriados ou domingos	
21.73	Requerimento em execução penal	R\$ 2.100,00
21.74	Exceções, e medidas assecuratórias	R\$ 2.720,00
21.75	Incidente da execução penal	R\$ 2.100,00
21.76	Visita em presídio	R\$ 506,00
21.77	Insanidade mental do acusado	R\$ 4.200,00
21.78	Reabilitação criminal	R\$ 2.720,00
21.79	Requerimento de suspensão condicional da pena	R\$ 2.720,00
21.80	Defesa em PAD	R\$ 2.720,00
ATOS AVULSOS		
21.81	Consultas	
	a) Presencial	R\$ 504,00
	b) Virtual	R\$ 504,00
21.82	Parecer escrito	R\$ 2.100,00
21.83	Restituição de coisas apreendidas	20,00% R\$ 1.560,00
21.84	Pedido de explicações	R\$ 2.720,00
21.85	Justificação judicial	R\$ 4.200,00
21.86	Acompanhamento de carta precatória em matéria criminal	R\$ 1.560,00
21.87	Acompanhamento de inquérito civil público	R\$ 3.800,00
SUSTENTAÇÃO ORAL		
21.88	Perante tribunais	R\$ 7.980,00
21.89	Perante tribunais superiores	R\$ 10.120,00
ADVOGADO COMO AUXILIAR DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
21.90	Como assistência da acusação orienta-se a cobrança dos mesmos valores aplicados à defesa	

22. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO MILITAR		2024	
INDICATIVO		PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
22.1	Acompanhamento de inquérito policial militar		R\$ 6.800,00
22.2	Atuação em 1º instância		R\$ 5.600,00
22.3	Atuação em 2º instância		R\$ 5.510,00
22.4	Habeas corpus em matéria militar impetrado em horário comercial (das 07h às 19h)		R\$ 6.800,00
22.5	Habeas corpus em matéria militar impetrado fora do horário comercial, em finais de semana ou feriados		R\$ 7.980,00
22.6	Habeas corpus em matéria militar impetrado em tribunais superiores		R\$ 10.120,00
22.7	Atuação em processos por crimes contra a segurança nacional ou a ele equiparados		R\$ 15.000,00
23. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO ELEITORAL		2024	
INDICATIVO		PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
23.1	Atuação junto aos cartórios e zonas eleitorais		R\$ 6.800,00
23.2	Queixa, representação, investigação judicial ou impugnação em matéria eleitoral		R\$ 6.800,00
23.3	Representação eleitoral, ação de investigação judicial eleitoral, ação de impugnação de mandato eletivo ou ação de impugnação de registro de candidatura		R\$ 6.800,00
23.4	Ação Cautelar Eleitoral antecedente		R\$ 4.200,00
23.5	Mandado de segurança		R\$ 7.200,00
23.6	Habeas Corpus		R\$ 7.980,00
23.7	Defesa em processo por infração eleitoral punida com pena de multa		R\$ 7.980,00
23.8	Defesa em processo por infração eleitoral com pena de prisão		R\$ 9.880,00
23.9	Defesa perante ao TRE		R\$ 7.200,00
23.10	Defesa perante ao TSE		R\$ 9.880,00
23.11	Prestação de contas		R\$ 9.810,00
23.12	Ação de decretação de perda de mandato eletivo por infidelidade partidária e/ou reconhecimento de justa causa para desfiliação		R\$ 10.150,00
23.13	Consultoria e assessoramento jurídico mensal de partidos políticos (Diretórios Estaduais)	15% do Fundo Partidário Recebido	R\$ 10.150,00
23.14	Assessoramento jurídico mensal do período da pré-campanha às convenções		R\$ 10.150,00
24. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO BANCÁRIO		2024	
INDICATIVO		PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
24.1	Parecer jurídico / legal opinion acerca do regulatório referente ao Banco Central e seus órgãos e autarquias		R\$ 3.000,00
24.2	Consultoria e elaboração de atos constitutivos de cooperativas de crédito, instituições de microcréditos, instituições de seguro e resseguro		R\$ 10.000,00
24.3	Embargos do executado, monitórios e/ou defesa do devedor, crédito rural ou não	20,00%	R\$ 6.000,00
24.4	Ações judiciais relacionadas a financiamentos imobiliários	20,00%	R\$ 5.000,00
24.5	Ações indenizatórias (cobrança indevida; venda casada; negativação indevida; cartão de crédito não solicitado, entre outros)	20,00%	R\$ 3.000,00
24.6	Ação revisional	20,00%	R\$ 5.000,00
24.7	Análise de contrato bancário		R\$ 506,00
24.8	Cálculo revisional de contrato bancário	1,00%	R\$ 506,00
24.9	Acompanhamento de cliente em reunião com gerentes/negociações		R\$ 703,00
24.10	Parecer jurídico sobre contrato bancário		R\$ 1.204,00
24.11	Negociação extrajudicial junto à instituição financeira		R\$ 4.000,00
24.12	Defesa e atuação em ação civil pública		R\$ 10.000,00
24.13	Defesa em ações indenizatórias (cobrança indevida; negativação indevida; cartão não solicitado, entre outros)		R\$ 4.000,00
24.14	Execução de título extrajudicial		R\$ 3.000,00
25. MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DO CONSUMIDOR		2024	
INDICATIVO		PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
Fase administrativa			
25.1	Procedimento ou defesa administrativa sobre o valor econômico, como mandatário da empresa	20,00%	R\$ 2.700,00
25.2	Parecer sobre normas de relação de consumo		R\$ 2.350,00
25.3	Acompanhamento PROCON, notificação extrajudicial, agências reguladoras e sites de resolução extrajudicial sem benefícios econômicos		R\$ 706,00
25.4	Acompanhamento PROCON, notificação extrajudicial, agências reguladoras e sites de resolução extrajudicial com benefícios econômicos		R\$ 1.302,00
25.5	Defesa administrativa de órgãos de defesa do consumidor	20% do valor da multa mínima	R\$ 1.302,00
25.6	Recurso administrativo em órgãos de defesa do consumidor	20% do valor da multa mínima	R\$ 1.302,00
Fase judicial			
25.7	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor pelo fato do produto e do serviço	30,00%	R\$ 2.990,00

25.8	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por vício do produto e do serviço	30,00%	R\$ 2.990,00
25.9	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por publicidade enganosa ou abusiva	30,00%	R\$ 2.990,00
25.10	Ação judicial movida pelo consumidor, visando a nulidade de cláusula abusiva constante em contratos de consumo	30,00%	R\$ 2.990,00
25.11	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor pela negativação indevida	30,00%	R\$ 2.990,00
25.12	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor pela falha na prestação do serviço de transporte aéreo (acidente aéreo, atraso de voo, cancelamento de voo, extravio de bagagem)	30,00%	R\$ 2.990,00
25.13	Ação judicial movida pelo consumidor, vítima de fraude	30,00%	R\$ 2.990,00
25.14	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor pelo descumprimento contratual	30,00%	R\$ 2.990,00
26.12	defesa em ação judicial movida pelo consumidor, sobre o valor atualizado da ação	30,00%	R\$ 2.990,00
25.15	Atuação em audiência isolada, para coleta de prova oral		R\$ 1.825,00
25.16	Representação em convenção coletiva de consumo		
	a) Representação de entidade civil de consumidor		R\$ 3.999,00
	b) Representação de associação de fornecedores		R\$ 5.498,00
	c) representação de sindicato de categoria econômica de consumidores e de fornecedores		R\$ 7.779,00
25.17	Consultoria sem vínculo empregatício		
	a) Consultoria de empresas de pequeno porte		R\$ 3.920,00
	b) Consultoria de empresas de médio porte		R\$ 5.998,00
	c) Consultoria de empresas de grande porte		R\$ 7.500,00
	d) Consultoria de entidade civil de consumidores		R\$ 7.500,00
	e) Consultoria de associações de fornecedores		R\$ 7.500,00
	f) Consultoria de sindicato de categoria econômica de consumidores e de fornecedores		R\$ 9.500,00

26.	ADVOCACIA PERANTE OS TRIBUNAIS	2024
------------	---------------------------------------	-------------

	INDICATIVO	PERC. % MÍNIMO	VALOR MÍNIMO
	ATOS DIVERSOS (Não especificados anteriormente)		
26.1	Elaboração de memoriais		R\$ 3.000,00
26.2	Sustentação oral em tribunal local (presencial ou virtual)		R\$ 3.700,00
26.3	Sustentação oral em tribunal de outro Estado (presencial ou virtual)		R\$ 7.340,00
26.4	Sustentação oral nos tribunais superiores (presencial ou virtual)		R\$ 7.910,00
26.5	Acompanhamento de recurso		R\$ 1.870,00
26.6	Reclamação		R\$ 4.470,00
26.7	Correição parcial		R\$ 7.340,00
26.8	Mandado de segurança		R\$ 7.340,00
26.9	Incidente de resolução de demandas repetitivas		R\$ 7.340,00
26.10	Incidente de assunção de competência		R\$ 7.340,00
26.11	Incidente de arguição de declaração de inconstitucionalidade		R\$ 5.900,00